



**Agepan**

*Agência Estadual de Regulação de  
Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul*

**ANO 2015**  
INFORMATIVO



**Agepan**

*Agência Estadual de Regulação de  
Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul*

Diretor-Presidente

**Youssif Domingos**

Diretor de Normatização e Fiscalização

**Ayrton Rodrigues**

Diretor de Regulação Econômica

**Valter Almeida da Silva**

Diretora de Administração e Planejamento

**Sandra Regina Fabril**

## Mensagem da Presidência

*Prezado Leitor,*

*Segundo o entendimento de Floriano de Azevedo Marques Neto - Doutor em Direito Público, “Regulação é a atividade estatal mediante a qual o Estado, por meio de intervenção direta ou indireta, condiciona, restringe, normatiza ou incentiva a atividade econômica de modo a preservar a sua existência, assegurar o seu equilíbrio interno ou atingir determinados objetivos públicos como a proteção de hipossuficiências ou a consagração de políticas públicas”.*

*Tema complexo, com grande assimetria de informações entre os diversos segmentos da sociedade quanto ao papel e atribuições das Agências Reguladoras e aos benefícios que as mesmas representam para o país, tem sido um grande desafio o exercício da atividade, especialmente em períodos de instabilidade política e econômica.*

*Em um cenário político, econômico e social muito conturbado, o ano de 2015 foi tão ruim para a economia brasileira que superou até as expectativas mais pessimistas. O ano transcorreu com muitas dificuldades em várias frentes: a economia entrou em recessão, o país perdeu o grau de investimento, o dólar disparou, a Bolsa de Mercadorias caiu, uma forte crise hídrica afetou diversas regiões do país, houve aumento expressivo das contas de luz, entre outros acontecimentos igualmente importantes que marcaram o período.*

*Apesar de todos esses fatos, conseguimos superar as dificuldades apresentadas e seguir no exercício de nossas atividades e no cumprimento de nossa missão, conforme tratado nas páginas seguintes deste informativo, que objetiva demonstrar as principais ações desenvolvidas pela Agepan e os seus resultados.*

*Boa leitura!*

**YOUSSEF DOMINGOS**

*Diretor Presidente*

# Sumário

## **1 Fatos Relevantes**

## **2 Sobre a Agepan**

- 2.1 Competência
- 2.2 Missão
- 2.3 Estrutura Organizacional
- 2.4 Organograma
- 2.5 Áreas de Atuação
- 2.6 Fontes de Recursos

## **3 Gestão**

- 3.1 Gestão Orçamentária e Financeira
- 3.2 Gestão de Recursos Humanos
- 3.3 Tecnologia da Informação
- 3.4 Planejamento Estratégico

## **4 Procuradoria Jurídica**

## **5 Relacionamento com a Sociedade**

- 5.1 Ouvidoria
- 5.2 Assessoria de Relações Institucionais

## **6 Regulação e Fiscalização**

- 6.1 Energia Elétrica
- 6.2 Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros
- 6.3 Gás Canalizado
- 6.4 Saneamento

## **7 Unidades da Agência**

## **8 Expediente**



# Fatos Relevantes

## 1. Fatos Relevantes

Os principais fatos ocorridos durante o ano de 2.015, resultantes da atuação regulatória da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – Agepan estão sintetizados, a seguir, por segmento econômico regulado.

### Energia Elétrica



#### Fiscalização da Distribuição

Foram realizadas 04 fiscalizações, sendo 03 na Concessionária Energisa MS e 01 na Concessionária Elektro, abordando aspectos da distribuição relativos à qualidade técnica do fornecimento, às reclamações e à conformidade dos níveis de tensão. Também foi feito o acompanhamento das ações do Plano de Recuperação e Correção das Falhas e Transgressões que motivaram a Intervenção Administrativa na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.

Resolução da Aneel, por ocasião da Intervenção Administrativa, autorizou o regime excepcional de sanções regulatórias, contemplando o caráter exclusivamente orientativo e/ou determinativo, sem aplicação de penalidades, das ações fiscalizadoras de caráter técnico-comercial, cujos termos de notificação foram emitidos até 31 de dezembro de 2015.

#### Fiscalização da Geração

Foram fiscalizados, "in-loco", 22 empreendimentos de geração de energia elétrica em operação, sendo 08 usinas hidráulicas e 13 usinas termoelétricas.

Das 21 notificações emitidas pela Agepan durante o ano, foram constatados 41 procedimentos

não conformes a serem regularizados pelos agentes de geração.

#### Fiscalização Econômico-Financeira

No ano, a Energisa MS recebeu 04 processos fiscalizatórios de natureza econômica e financeira que resultaram na aplicação de 01 termo de notificação e 09 determinações.

Foi realizada, ainda, a fiscalização da Prestação de Contas do Conselho de Consumidores – CONCEN, com foco na observância dos regulamentos aplicáveis às prestações de contas dos recursos públicos.

### Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros

Por meio de Portaria da Agepan, foram regulamentados os procedimentos para fixação de Tarifas Promocionais no Sistema de Transporte de Passageiros de Mato Grosso do Sul.



Durante as operações de fiscalização, foram abordados 9459 veículos nas estradas do Estado, com emissão de 351 Autos de Infração e 23 apreensões, o que demonstra que a Agepan manteve, rotineiramente, uma fiscalização média de 42% dos veículos cadastrados em sua base de dados. As atuações atingiram, no total, 23.670 Unidade Fiscal Estadual de Referência de Mato Grosso do Sul (UFERMS). Tomando-se como referência o valor da UFERMS de dezembro de 2015, o valor das autuações ultrapassa R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais).

Ainda no período, foram vistoriados 2818 veículos cadastrados na Agência e processados 123 requerimentos de cadastro entre renovação e novo cadastro.

A partir de setembro de 2015, a Agepan iniciou suas atividades de fiscalização do pedágio da ponte rodoviária sobre o Rio Paraguai.

## Gás Canalizado

Por meio de Portaria a Agepan fixou a Tarifa Média (TM) a ser praticada pela Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul – MSGÁS, e regulamentou padrão de abastecimento usado para o cálculo da margem bruta de distribuição.



Durante as fiscalizações, no período, foram apuradas 17 não conformidades no Sistema de Distribuição de Campo Grande, e 15 não conformidades no Sistema de Distribuição de Três Lagoas. A Agepan emitiu os Termos de Notificação determinando as providências a serem tomadas para sanar os problemas apontados, os quais, após cumpridos pela Concessionária, gerarão os respectivos Termos de Arquivamento.

## Saneamento

Com a reformulação da Lei nº 4.127/2011, foi ampliada a área de atuação da Agepan e incrementada a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização do Serviço Público de Saneamento Básico de 0,5% para 0,7%.

Em função da alteração acima, foi reformulada a Portaria Agepan nº 92/12, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para apuração, cálculo e pagamento da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização do Serviço Público de Saneamento Básico.

Foi, também, encaminhado Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa com a criação de uma nova

diretoria específica para o Saneamento, que deverá concentrar todas as atividades de regulação e fiscalização do segmento regulado.

Ainda no período, foi finalizado o Manual de Fiscalização e implantados o manual e o formulário do Relatório Anual de Desempenho – RAD, a ser preenchido anualmente pela concessionária.

A Agepan participou do Processo de Seleção de Projetos para Receber Assistência Técnica em Regulação e Fiscalização de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, realizado pelo Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, tendo sido uma das cinco Agências Reguladoras selecionadas.

No período, foram realizadas fiscalizações, por monitoramento, de 43 Contratos de Programa, referentes aos municípios conveniados com a Agepan.

Em agosto, foi baixada a Portaria nº 119 que autorizou a aplicação do índice apurado na Revisão Tarifária Extraordinária, submetida a Audiência Pública, motivado pelo aumento dos custos incidentes sobre a operação, provocado pelo acréscimo substancial da tarifa de energia elétrica, e pelo plano de investimentos da concessionária.

Informações, detalhadas e abrangentes, sobre cada área objeto da atuação da Agepan na regulação e ou fiscalização dos serviços públicos delegados estão disponibilizadas nas páginas seguintes, divididas por segmento econômico específico.







# Sobre a Agepan

## 2 Sobre a Agepan

### 2.1 • Competência

De acordo com previsão legal, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos delegados de competência do Estado de Mato Grosso do Sul são executadas pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS - Agepan. Relativamente aos serviços públicos delegados de competência da União e Municípios, sua atuação depende de delegação formalizada mediante disposição legal, pactuada e ou por meio de convênio.

Assim sendo, é responsabilidade da Agepan controlar, fiscalizar, normatizar, padronizar, conceder, homologar e fixar tarifas dos serviços públicos delegados e tarifados, sob sua responsabilidade regulatória.

### 2.2 • Missão

“Ser reconhecida pela sociedade como agência de excelência na regulação e fiscalização dos serviços públicos delegados, contribuindo para a formulação de políticas públicas sustentáveis.”

### 2.3 • Estrutura organizacional

A organização da Agepan está determinada em sua lei de criação, que passou por algumas alterações em outubro de 2.015, inclusive com a criação de mais uma diretoria, e a mudança da nomenclatura de Conselho Diretor para Diretoria Executiva. Sua estrutura a partir dessa data passou a ser a seguinte:

**Conselho de Administração** integrado por cinco membros, sendo membros natos, o Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica ou o seu representante, na qualidade de Presidente; o Diretor - Presidente da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul ou o seu representante, na qualidade de Secretário-Executivo. Como membros indicados, um representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico; um da Secretaria de Estado de Fazenda, e um da

Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização.

**Diretoria-Executiva**, órgão colegiado de caráter deliberativo, composta pelo diretor-presidente e mais quatro diretores.

**Conselho Estadual de Serviços Públicos**, órgão consultivo, de deliberação coletiva, com atribuições de promover o controle social, bem como de acompanhar e de zelar pela eficiência e pela qualidade dos serviços públicos delegados, integrado por catorze membros, sendo sete representantes do setor público, um do legislativo estadual, e sete representantes de associações de classe e da iniciativa privada.

**Câmaras Técnicas Setoriais**, estruturadas em grupos técnicos, sendo uma Câmara para cada serviço público ou atividade econômica objeto de efetiva regulação, controle e fiscalização pela Agência.

**Câmara de Julgamento**, estruturada em grupo técnico único, e composta por 6 (seis) servidores da Agepan, dos quais 3 (três) exercem a função de membro titular e três de suplente.

### 2.4 • Áreas de atuação

São regulados e fiscalizados pela Agepan os serviços de distribuição de gás canalizado e o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, de competência do Estado de Mato Grosso do Sul.

É, também, regulado e fiscalizado pela Agência o serviço de saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário) realizado pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – SANESUL a sessenta e oito municípios do Estado.

Para o segmento de energia elétrica, de competência da União, a Agência é responsável pela fiscalização dos serviços de distribuição e geração de energia, fiscalização econômico-financeira e serviços de ouvidoria, por delegação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

### 2.5 • Fontes de recursos

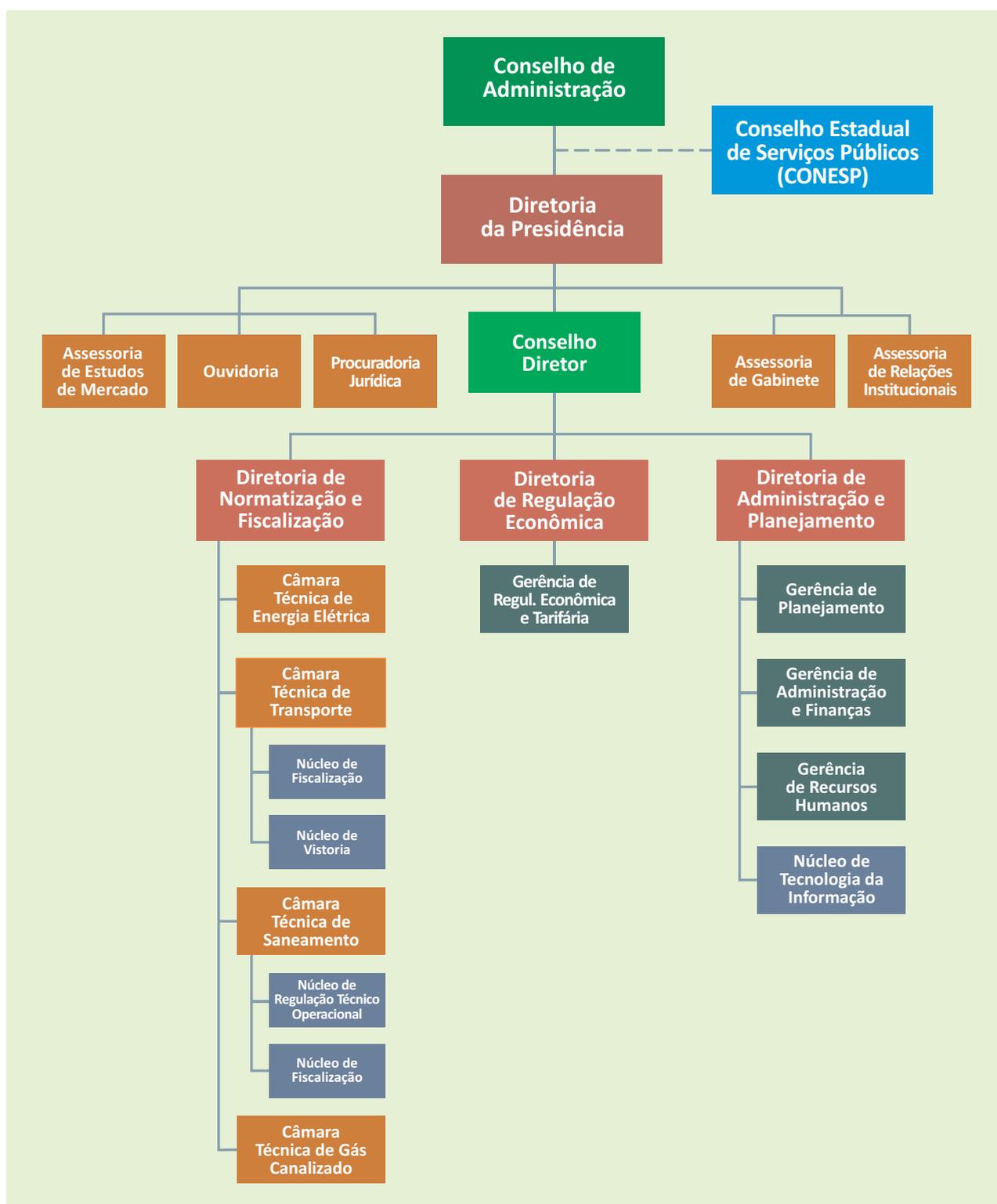
A receita da Agepan é proveniente de recursos diretamente arrecadados, representados pelo rece-

bimento das taxas de fiscalização dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, distribuição de gás canalizado e saneamento, além de recursos oriundos de convênio de cooperação técnica firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para a fiscalização da distribuição e geração de energia, fiscalização econômico-

financeira da Energisa e serviço de Ouvidoria em Mato Grosso do Sul.

## 2.6 • Organograma

O organograma abaixo vigorou até a data de 05/10/15 (aguardando a alteração do Decreto que regulamenta a nova estrutura organizacional).







# Gestão

Orçamento e Finanças  
Recursos Humanos  
Tecnologia da Informação  
Planejamento Estratégico

## 3 GESTÃO

### 3.1 • Orçamentária/Financeira

#### Orçamento

A previsão orçamentária da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul - Agepan, para o exercício de 2015 foi de R\$ 8.083.000,00 (Oito milhões e oitenta e três mil Reais) sendo que, no decorrer do exercício, foram efetuados créditos suplementares no valor de R\$ 922.000,00 (Novecentos e vinte e dois mil reais), finalizando o exercício com orçamento no valor de R\$ 9.005.000,00 (Nove milhões e cinco mil Reais), com execução final de 93%.

#### Receitas

Compõe a receita arrecadada da Agência, as Taxas de Fiscalização do Transporte; a de Regulação, Fiscalização e Controle do Serviço Público de Saneamento Básico; a de Fiscalização proveniente dos Serviços Públicos de Distribuição do Gás Canalizado; a dos Serviços de Regulação e Fiscalização do Pedágio pela utilização da Ponte sobre o Rio Paraguai – iniciada a cobrança em agosto de 2015; recursos provenientes do Convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e recursos provenientes dos Processos que foram notificados em decorrência do Convênio com a ANTT.

A tabela abaixo demonstra os valores acumulados e arrecadados no exercício de 2015.

#### Receitas em 2015 por Fonte de Recursos

Arrecadação do ano por Fonte (R\$)		
Disponível 31/12/2014		
Fonte	Serviços	Acumulado
0240	Transportes, Rodovias e Portos	3.868.461,86
	Gás Canalizado	1.218.090,95
	Saneamento	1.823.621,61
0281	ANEEL	837.315,71
	ANTT	11.331,22
	Aplicações Financeiras	16.538,14
<b>TOTAL</b>		<b>8.982.998,91</b>

Tabela 1 - Arrecadação por fonte de recursos - Agepan

#### Distribuição das Despesas em 2015

Grupo de Natureza	(R\$)	Representatividade
Pessoal/Encargos	6.772.426,10	80,68%
Custeio	1.533.859,85	18,27%
Investimento	18.610,00	0,22%
Repassse	42.500,87	0,51%
RAP não processados	26.732,22	0,32%
<b>TOTAL</b>	<b>8.394.129,04</b>	<b>100%</b>

Tabela 2 - Natureza de despesas - Agepan

#### Despesas

As despesas são fixadas em função do histórico dos anos anteriores combinado com as necessidades previstas para o exercício seguinte. O Conselho Diretor estabelece as prioridades das despesas previstas no orçamento, sendo agrupadas em Despesas de Pessoal, Custeio e Investimentos.

A tabela acima, demonstra a distribuição das despesas da Agência por grupo de natureza.

### 3.2 • Recursos Humanos

No decorrer do exercício de 2015, a Agência chegou a atingir um quadro de pessoal de 99 servidores, dos quais 29 do quadro efetivo, 42 em cargo de livre provimento, 16 cedidos de outros órgãos estaduais, e 12 terceirizados - contando com agentes patrimoniais, mirins e pessoal de limpeza.

### 3.3 • Tecnologia da Informação

As atividades desempenhadas pelo setor de Tecnologia da Informação em 2015 estiveram voltadas, principalmente, à melhoria contínua dos produtos 'Sistema Gestor de Controle de Benefícios (SGCB)' e 'Sistema Gestor de Linhas e Tarifas Rodoviárias (SGLTAR)', visando a aproximação com o público alvo e o fomento dos seus respectivos valores estratégicos. Outras movimentações foram relacionadas à informatização de processos, suporte técnico de infraestrutura interna e suporte técnico de análise e desenvolvimento.

Em ambos os projetos, houve participação ativa dos colaboradores das empresas operadoras do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros que contribuíram, significativamente, por meio dos seus apontamentos.

A Superintendência de Gestão da Informação (SGI), atuante como parceira na informatização da Agepan, sofreu alterações em sua organização que proporcionaram impactos positivos para esta agência, e fortaleceram o relacionamento existente. Dessa forma, foi possível retomar a execução do projeto Sistema Gestor de Movimentação de Passageiros – SGMP, de elevada importância. Seu principal objetivo é o levantamento estatístico e financeiro da movimentação de passageiros nas viagens intermunicipais operadas pelas empresas de transporte reguladas pela Agepan possuindo, assim, um grande valor estratégico para a agência, para o Estado, para as transportadoras e para a sociedade. Ao fim de 2015, a execução do projeto encontrava-se avançada, estimando-se colocar o sistema em uso até meados de 2016.

Incumbida da fiscalização da prestação do serviço delegado de exploração do pedágio na ponte sobre o Rio Paraguai em Corumbá, a Agepan recebeu, entre as demandas de suporte técnico, a preparação de computadores e infraestrutura de rede para os softwares de monitoramento da ponte.

Viabilizando soluções tecnológicas para as atividades de comunicação interna e relacionamento com a imprensa, o setor de Tecnologia da Informação trabalhou em parceria com a Assessoria de Relações Institucionais para:

- Melhorar o sistema de Intranet (por exemplo, adição de clipping);
- Fortalecer a divulgação de acontecimentos internos através das ferramentas informatizadas disponíveis;
- Acompanhar a migração do sistema de sites governamentais do Estado, onde estava hospedado

o site da Agepan. O novo site ganhou uma aparência mais leve e um “layout” responsivo, ou seja, um visual dinâmico que se adapta para a navegação em dispositivos móveis;

- Dar suporte à inserção de conteúdo no site já migrado para a plataforma Wordpress;
- Disponibilizar o site de Consultas e Audiências Públicas da Agepan para o público externo.

### 3.4 • Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico 2012-2016 teve seu início em 2012, a partir da definição da nova MISSÃO e VISÃO, de novos VALORES e reflexões acerca dos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades para a Agepan.

Com base nos novos preceitos e nos resultados das reflexões, foram traçadas as metas e estratégias a serem alcançadas no período, e definidos os Planos de Ação por todas as unidades da Agência.

Para o ano de 2015, o Conselho Diretor estabeleceu uma metodologia para a elaboração dos Planos de Ação. Cada Diretoria teve a incumbência de elaborar esses planos juntamente com as Unidades de sua respectiva área.

A metodologia de acompanhamento e controle da execução dos Planos consiste em uma ferramenta utilizada para monitorar e controlar o desempenho de cada área, através do histórico de execução dos planos de ação das estratégias pertinentes às suas metas.

Foram elaborados 43 (quarenta e três) planos de ação, cuja implantação foi acompanhada pelas diretorias às quais as áreas são vinculadas hierarquicamente.





# Procuraduría Jurídica

## 4 Procuradoria Jurídica

A estrutura da PJUR conta com um Procurador de Entidade Pública e três Assessores Jurídicos para atender às demandas da Agência como um todo. As atribuições do Procurador de Entidades Públicas e as competências da Procuradoria Jurídica da Agepan são aquelas delineadas no artigo 2º da Lei Estadual nº 3.151/05, assim definidas: "As atividades de assessoramento jurídico e de defesa de interesses na esfera administrativa ou judicial das entidades de direito público da Administração Indireta do Poder Executivo são de competência de integrantes da carreira Procurador de Entidades Públicas, que atuarão vinculados ao controle administrativo e à coordenação técnico-jurídico e funcional da Procuradoria-Geral do Estado."

### 4.1 • Pareceres Jurídicos

Foram emitidos trinta e cinco pareceres jurídicos durante o ano de 2.015, referentes a diferentes assuntos, conforme relação a seguir disponibilizada.

Área	Qtde.
Transporte Intermunicipal de Passageiros	01
Contratos Administrativos/Licitação	15
Servidores Públicos	13
Lei de Acesso a Informação	01
Atos Normativos Diversos	01
Pedágio	02
Saneamento Básico	02
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>

### 4.2 • Demandas Judiciais referentes ao Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros

Judicial - Todas envolvendo o Transporte Intermunicipal

Área	Qtde.
Contestação	02
Contrarrazões de Apelação	01
<b>TOTAL</b>	<b>03</b>

### 4.3 • Correição Ordinária Procuradoria Jurídica da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS PJUR/Agepan

O Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Estado, Dr. Marcos Moog, no uso das atribuições legais e, auxiliado pela Comissão Permanente de Procuradores de Entidades Públicas, realizou Correição Ordinária na Procuradoria Jurídica da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos - PJUR/AGEPAN no dia 16 de setembro de 2015, compreendendo o período de outubro/2014 a setembro/2015.

A correição ordinária ficou estabelecida pelo ATO/CGPGE/Nº 001, de 9 de abril de 2015, publicado no DOE nº 8.898, de 10/04/2015, p. 15, divulgando-se às autoridades e à população em geral que o Corregedor-Geral da PGE, auxiliado pela Comissão Permanente, estaria à disposição dos interessados na respectiva data na PJUR/AGEPAN para receber informações sobre os serviços prestados por intermédio do referido órgão.

Foi encaminhado o questionário padrão de correição ao Procurador-Chefe da PJUR/AGEPAN, que foi devidamente respondido previamente, bem como o Edital de comunicação da correição para ser afixado nas dependências da entidade e na porta de entrada da Procuradoria Jurídica. Recepcionados pelo Procurador-Chefe, os trabalhos foram iniciados com um encontro em sua sala para conhecimento da rotina de trabalho local, apresentação das instalações da PJUR, as atribuições das servidoras e o volume de serviço referente ao judicial e administrativo.

O Procurador-Chefe da PJUR/AGEPAN informou previamente o gabinete da Presidência da correição e o Diretor-Presidente, Sr. Youssif Domingos, recebeu a equipe em seu gabinete onde não fez qualquer reclamação dos serviços da Procuradoria Jurídica nem quanto à conduta pessoal do Procurador de Entidades Públicas atuante. Pelo contrário, elogiou o trabalho do mesmo, ressaltando a importância desse órgão de apoio e o comprometimento do mesmo.

O relatório consignou que há eficiência, assiduidade e pontualidade do Procurador de Entidades Públicas, no exercício de suas funções, bem como regularidade no cumprimento das obrigações legais, das determinações do Diretor-Presidente e da Corregedoria-Geral, podendo-se afirmar que os serviços são prestados regularmente e que cumpre suas atribuições com dedicação, presteza e responsabilidade. Registrou também que, no dia em que a Comissão esteve presente na Procuradoria Jurídica, não receberam nenhuma reclamação ou sugestão de autoridades, diretores ou servidores da Agepan quanto aos serviços prestados pelo órgão em correição.

A Correição Ordinária foi encerrada no mesmo dia 16 de setembro de 2014, atingindo plenamente seus objetivos, tendo apenas consignadas algumas orientações, sugestões e providências a serem adotadas:

**1.** Sendo o único Procurador atuante pela entidade, deve ficar atento ao período de gozo de suas férias, planejando-as de forma a não comprometer os prazos/intimações, podendo contar, se for o caso, com o disposto na Resolução Conjunta SAD/PGE n. 13, de 13 de novembro de 2013, publicada no DOE nº 8.556, de 14/11/2013, p. 2, que diz:

“No caso da autarquia ou fundação ficar sem Procurador de Entidades Públicas, em decorrência do seu afastamento provisório, este deverá providenciar que seja feito o encaminhamento das intimações, com prazos compreendidos no período do afastamento, ao Procurador-Chefe da Procuradoria Residual de Entidades Públicas de Campo Grande para as providências”;

**2.** Foi enviado o ementário de manifestações e pareceres da PGE (CJUR/SAD, PAA, COPGE, anos de 2011, 2012, 2013 e 2014), devendo salvá-lo em pasta acessível. Havendo necessidade de consultar alguma dessas manifestações na íntegra, a instrução para entrar em contato com a Comissão Permanente solicitando-as.

**3.** Finalmente, foi sugerido que fosse dada a devida atenção aos processos administrativos de inscrição em dívida ativa e de execução dos devedores nos termos da Lei de Execução Fiscal, conforme foi estabelecido na Manifestação PGE/MS/PCDA/Nº 001/2010 aprovada pela Decisão PGE/MS/GAB/Nº 671/2010, priorizando-os, como forma de evitar a ocorrência de prescrição de créditos não tributários derivado do poder-dever de fiscalização da Agepan.





# Relacionamento com a Sociedade

Ouvidoria  
Assessoria de Relações Institucionais

## 5.1 OUVIDORIA

Como órgão que cria regulamentos e fiscaliza seu cumprimento, a Agepan está permanentemente acompanhando as empresas que prestam os serviços públicos delegados em Mato Grosso do Sul. A Ouvidoria da Agência é o meio de entrada, tratamento e busca de solução para os usuários que têm dúvidas ou reclamações a fazer e que não encontraram solução diretamente com o prestador de serviços delegados.

Os usuários têm importante papel na busca pela qualidade dos serviços que são fiscalizados pela Agência. Pela Ouvidoria da Agência, chegam reclamações e denúncias que são encaminhadas às Câmaras Técnicas para verificação. Se comprovadas as irregularidades, os infratores podem ser autuados e multados.

Nos serviços de competência estadual de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros e Gás Canalizado, e no Saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário) de competência dos municípios, diversos canais de contato estão à disposição: o telefone gratuito 0800 600 0506; os formulários no site [www.agepan.ms.gov.br](http://www.agepan.ms.gov.br); o atendimento presencial ou por correspondência.

O 0800 da Agepan é o canal que concentra a grande maioria dos contatos dos consumidores. As solicitações que não são finalizadas no primeiro nível de atendimento (solucionadas na primeira ligação), são encaminhadas para análise e tratamento no segundo nível. Eventualmente, apesar de todos os esforços feitos pela Ouvidoria, o consumidor pode discordar ou ficar insatisfeito com as providências adotadas em relação à solicitação registrada – assim como a empresa prestadora do serviço. Nesses casos, é possível a instauração de Processo Administrativo de Ouvidoria.

Em razão da complexidade do assunto, é natural que ocorram divergências entre agentes e os seus consumidores. A experiência histórica demonstra que os temas que comumente estão na origem de tais divergências dizem respeito ao desacordo acerca do cumprimento de cláusulas contratuais, ao des-

cumprimento de atos regulatórios, à dificuldade de interpretação da legislação, a questões ainda não reguladas e à observância dos direitos e deveres dos agentes e do consumidor.

Surgida a controvérsia, a participação da Agepan, por meio da Ouvidoria, pode se dar mediante provocação de uma das partes solicitando a instauração do procedimento de mediação. Nessa situação, o pedido é submetido a uma prévia triagem, visando detectar se a questão está aderente a um processo de mediação, ou seja, se o tema proposto oferece margem de negociação às partes sem ferir os limites da via regulatória. Superada com êxito esta preliminar, a outra parte é convidada a participar do procedimento, com base na premissa de que a mediação é um procedimento voluntário, e que só será instaurado pela vontade de ambas as partes.

Havendo tal concordância, promove-se então a abertura do processo administrativo e, em seguida, é feita a análise da documentação recebida, por meio da qual se busca definir os contornos da questão conflituosa e montar uma sinopse cronológica do conflito. Cumpridos os trâmites internos, são convocadas reuniões presenciais com as partes, individual ou conjuntamente, as quais são repetidas até que se consiga construir um acordo que propicie ganhos mútuos.

### Dia do Ouvidor

Desde 2012, com a publicação da lei federal nº 12.632, o dia 16 de março passou a ser uma data para celebrar o exercício dessa função.

Ser ouvidor em uma agência reguladora de serviços públicos delegados é especialmente desafiador. É dele o papel fundamental de ouvir as reclamações e ser uma ponte entre os usuários e os prestadores de serviços, seguir passo a passo o andamento da solicitação ou reclamação, e retornar ao solicitante a resolução do problema.

Com esforço, nossa equipe tem trabalhado para promover um espaço propício ao acolhimento, tratamento e encaminhamento das manifestações da população aos operadores dos serviços regulados pela Agepan.

Somente em 2015, foram 313 atendimentos presenciais de energia; 90 reclamações e solicitações de transporte e um número sete vezes maior de esclarecimentos prestados pelo telefone 0800. Temos sido demandados, também, nas questões de saneamento – água e esgotamento sanitário – e, mesmo com pouco conhecimento da Agência por parte do usuário, vários deles procuraram a Ouvidoria para apresentar suas demandas.

É importante que o usuário reconheça na Ouvidoria da Agência um espaço onde pode se manifestar e expressar os seus elogios, sugestões, reivindicações, reclamações e denúncias. Para aperfeiçoar esse serviço, o intercâmbio entre outras instituições e suas Ouvidorias tem sido importante.

Integramos a recém-criada Rede de Ouvidorias Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, coordenada pelo Ministério Público Estadual o que, acreditamos, é uma importante contribuição para vencermos o desafio de aprimorar, corrigir e melhorar a regulação dos serviços com o foco principal no benefício de toda a sociedade.

### 5.1.1 • Atendimentos realizados pela Ouvidoria da Agepan

No ano de 2015, a Ouvidoria realizou atendimentos específicos de reclamação e informações para os serviços de energia elétrica, transporte intermunicipal de passageiros e saneamento. As figuras 1 e 2 evidenciam os números de atendimento realizados por setores.

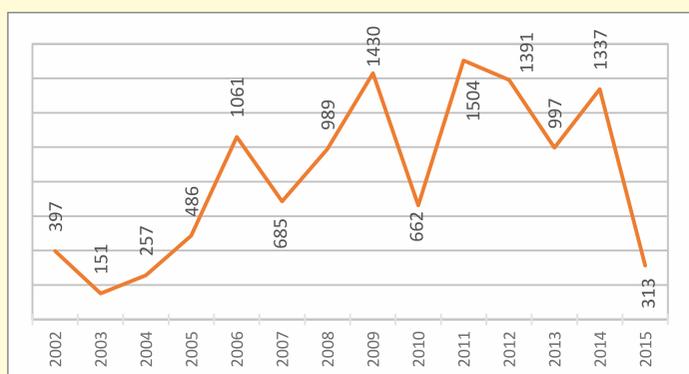


Figura 1 - Reclamações registradas para o serviço de energia elétrica entre os anos de 2002 e 2015

Foram 313 (trezentos e treze) atendimentos presenciais de energia para as concessionárias Energis de MS e Elektro.

No transporte intermunicipal foram 90 (noventa) reclamações e solicitações de transporte, compreendido pelos serviços de transporte rodoviário intermunicipal, operado pelas empresas concessionárias e autorizadas, o fretamento eventual e o fretamento contínuo, e 667 (seiscentos e sessenta e sete) solicitações de esclarecimentos prestados pelo telefone 0800.

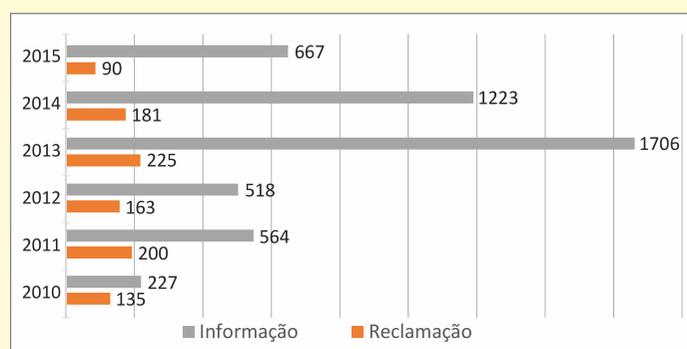


Figura 2 - Reclamações e informações registradas para o serviço de Transporte Intermunicipal de Passageiros entre os anos de 2010 a 2015

Apesar de pequena, houve também demanda de saneamento e serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

## 5.2 Assessoria de Relações Institucionais

**E**m uma sociedade cada vez mais aberta e interativa, onde a informação circula de forma democrática utilizando os diversos meios disponíveis de comunicação, a transparência e a prestação de contas das instituições, sejam elas públicas ou privadas, reveste-se de caráter obrigatório e essencial.

Diferente dos governos que têm horizonte temporário definido, a Agepan, como instituição de Estado, é perene, e por essa razão suas decisões precisam ser amparadas por suficiência técnica, com responsabilidade política, a fim de que os interesses da sociedade como um todo sejam preservados.

A interação desenvolvida com os diversos grupos da sociedade, e também com os usuários dos serviços públicos delegados, objetiva mantê-los informados sobre as diversas atividades desenvolvidas pela Agência em suas várias áreas de atuação, além de estimular a participação desse público no processo decisório regulatório.

Essa interação, ainda que de forma tímida, é realizada por diversos canais, seja por meio de matérias divulgadas no site da instituição e via outros veículos de comunicação; seja na realização de consultas e audiências públicas abertas para o recebimento de sugestões e contribuições; seja por meio da elaboração e disponibilização de informativos anuais, além de materiais técnicos e de divulgação de informações de interesse dos usuários dos serviços regulados. Contatos diretos com instituições diversas também fazem parte do trabalho desenvolvido.

Além das atividades específicas desenvolvidas pela área, também é de sua responsabilidade assessorar cada diretoria da Agência na articulação com outras instituições, e no desenvolvimento de projetos que requeiram, entre outras, informações gerais da Agepan.

### 2015

O ano teve início com a posse do novo governo estadual, a cuja Secretaria de Estado de Governo a

Agepan é vinculada.

Já no início do ano calendário foram realizados contatos com a Subsecretaria de Comunicação da nova administração para falar das características da Agência e entender como poderiam ser desenvolvidos projetos conjuntos, direcionados aos usuários dos serviços públicos delegados em Mato Grosso do Sul, o que foi bastante proveitoso.

Como destaque para as principais ações desenvolvidas pela área durante o ano pontuamos as atividades a seguir.

### 5.2.1 Campanha destinada aos usuários de energia elétrica e água

A escassez hídrica em todo o país que elevou o custo da geração de energia elétrica e, por consequência, os preços do insumo para todos os usuários, gerou a necessidade de conscientização da população para o uso racional e seguro tanto da energia elétrica quanto da água.

#### Dicas do FISCALINO Agepan

**A Geladeira**  
pode virar Vilã do Consumo  
se for mal utilizada



Tendo em conta que um dos principais papéis das agências reguladoras é o de esclarecer e educar os usuários a respeito das questões relativas aos serviços públicos delegados, a Assessoria de Relações Institucionais elaborou uma campanha com foco no desenvolvimento de Ações Educativas para esses dois insumos, e fechou uma parceria com o Governo do Estado, por meio da Subsecretaria de Comunicação, para um trabalho conjunto.

A campanha teve como características a divulgação periódica de matérias ilustradas com o mascote Fiscalino da Agência, abordando os temas "energia elétrica e água", com informações e dicas sobre

uso racional e seguro da energia elétrica e direitos e deveres do consumidor postadas nos sites da Agepan e do Governo do Estado, e enviadas para sites e jornais diversos; criação do espaço "Dicas" no site da Agepan que manteve "on-line" pequenos lembretes das matérias veiculadas durante vários dias seguidos; e gravação de "spots" radiofônicos com dicas sobre os mesmos temas, veiculados por meio da Rádio Educativa do Estado (FM 104).

Além dessas ações, o personagem Fiscalino e o conteúdo das dicas foram aproveitados pela Coordenação de Comunicação Interna na Subsecretaria de Comunicação do Governo, no mural do Projeto **Governo em Ação**, que disponibilizou a quem transitava pelo prédio da Governadoria, Secretaria de Governo e Casa Civil informações de interesse dos servidores e, também, do público em geral. Iniciado nessa unidade governamental, o Mural foi levado também a outras secretarias do governo e órgãos vinculados.



**FISCALINO Agepan**

**Você sabia que, em uma residência, o maior consumo de água acontece no banheiro?**

**FIQUE ATENTO!**

No total, foram produzidas quarenta e uma matérias divididas entre os dois temas da campanha, que tiveram grande repercussão, sendo reproduzidas por diversos veículos "on line", em vários municípios. O acompanhamento do trabalho foi feito por meio de Clippagem do aproveitamento do material pelos diversos sites, garantindo a divulgação também ao público interno da Agência.

### 5.2.2 Audiência Pública de Saneamento

No final de agosto de 2015 a Agência realizou a sessão presencial da audiência pública que tratou da primeira revisão extraordinária das tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento



**Agepan**  **GOVERNO DO ESTADO**  
Mato Grosso do Sul

**AUDIÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 001/2015**

**Revisão Tarifária Extraordinária dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário prestados pela SANESUL**



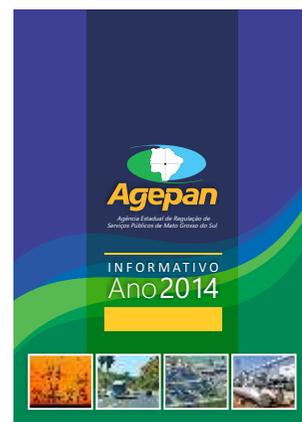
sanitário, prestados pela concessionária Sanesul a 68 municípios do Estado.

O processo de divulgação do evento por meio de envio de ofícios às prefeituras, órgãos de defesa dos consumidores, promotoria pública, associação dos municípios, além da publicação de matérias e informações para a imprensa ocorreu durante todo o mês de agosto. As ações mencionadas são de responsabilidade da área, como também a condução do cerimonial do evento.

### 5.2.3 Informativo

Transparência, integridade e prestação de contas são princípios básicos que devem nortear práticas de governança nas organizações públicas, em respeito aos quais, anualmente, a Agepan elabora e distribui informativo contendo as principais atividades realizadas no ano anterior, em todos os segmentos econômicos nos quais atua, diretamente ou por meio de convênio.

O acesso à informação, além de ser direito do cidadão, favorece a democracia, a prevenção e o combate à corrupção. É, também, fator determinante para assegurar a participação social e o controle da cidadania sobre os atos das instituições públicas, contribuindo para reduzir a assimetria de informação entre instituições oficiais, empresas e entidades ou pessoas.



**Agepan**  
Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul

**INFORMATIVO**  
**Ano 2014**



Esse documento é encaminhado a todas as instituições do Estado que fazem interface com o trabalho da Agência; às que exercem o controle social da atividade regulatória, bem como àquelas que desempenham atividades de fiscalização das ações e das contas das instituições públicas, além de entidades estabelecidas em outros estados da federação.

Por força de contenção de gastos em função da situação econômica do país, houve a necessidade de que, além do conteúdo do documento que é produzido pela área, também o seu projeto gráfico e diagramação fossem desenvolvidos por equipe interna, com bastante competência.

### 5.2.4 Congresso ABAR



A realização do IX Congresso de Regulação realizado pela Associação Brasileira de Agências de Regulação que aconteceu na cidade de Brasília em Agosto de 2015, contou com a participação de representantes de várias áreas da Agepan, entre elas da

Diretoria de Normatização e Fiscalização, Saneamento Básico, Energia Elétrica, e Assessoria de Relações Institucionais.

### 5.2.5 Diz Agepan

Além das atividades externas, também é responsabilidade da área a produção de informativo mensal interno, dividido em várias sessões: Palavra da diretoria, Destaque do mês, Principais atividades de cada área, Dicas diversas, Você sabia?, Impressões de viagem, Classificados & Oportunidades. Esse canal de comunicação foi criado com o objetivo de interagir e integrar os colaboradores da Agência.

As informações e os textos são produzidos por colaboradores de cada área, que interagem com informações a respeito do trabalho de suas respectivas áreas e com o envio de relatos de viagens particulares, objetos para venda e serviços particulares oferecidos, além de poesias e dicas diversas.





# Energia Elétrica

Fiscalização

## 6.1 Energia Elétrica

Desde o ano de 2002 a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mantém convênios com a Agepan para descentralizar parte de suas atividades. A fiscalização dos serviços de distribuição e geração de energia elétrica prestados pelas concessionárias e agentes de geração que atuam em Mato Grosso do Sul, é uma das atividades executadas pela Agepan no âmbito do Convênio firmado com a Aneel.

A responsabilidade pelo desenvolvimento dessas atividades, na Agepan, é da Câmara Técnica de Energia – CATENE, ligada à Diretoria de Normatização e Fiscalização, que as executa de acordo com parâmetros definidos anual e previamente em conjunto com a Aneel.

### 6.1.1 • Sistema Elétrico de Mato Grosso do Sul

A Figura 1 ilustra o sistema de distribuição de energia elétrica no Estado do Mato Grosso do Sul, bem como as unidades de geração de energia elétrica conectadas ao sistema elétrico interligado.

As concessionárias de distribuição, Energisa (EMS) e Elektro, conectam-se com a Rede Básica (Transmissão), representada na cor lilás no diagrama, em sete subestações de fronteira 230/138 kV.

A partir das conexões à Rede Básica, as concessionárias de distribuição transportam a energia elétrica até o consumidor final por meio de um sistema constituído por linhas de distribuição em tensões de 138 kV, representadas em vermelho no diagrama unifilar, 69 kV, em azul e, representadas em verde, as linhas de 34,5 kV.

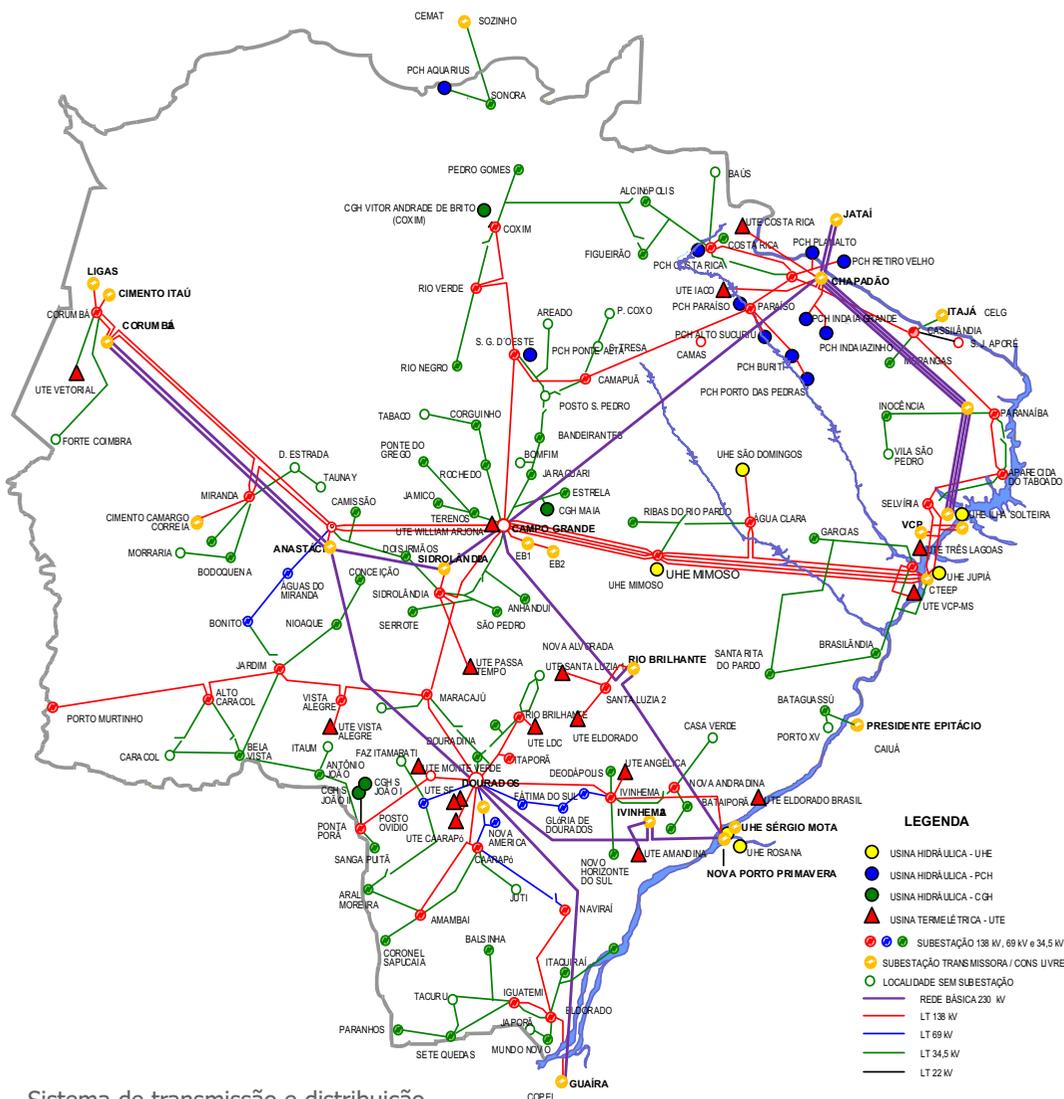


Figura 1 - Sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado de MS

A Energisa Mato Grosso do Sul – EMS detém a concessão para atuar na maior fatia do mercado de distribuição, abrangendo 74 dos 79 municípios do Estado e encerrou o ano de 2015 com 970.635 consumidores atendidos (cativos), sendo que o volume total de energia adquirida para atender a esses consumidores, em 2015, foi de 5.226,53 GWh, ressaltando-se 14,6% de perdas totais de energia.

A Elektro atua em 05 municípios do Estado (Três Lagoas, Selvíria, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Anaurilândia) com 45.039 unidades consumidoras em 2015.

O parque gerador ligado ao sistema de transmissão ou distribuição é composto de 32 usinas, 14 delas usinas hidráulicas e 19 usinas termoeletricas com predominância de usinas movidas a biomassa.

### 6.1.2 • Distribuição

A execução das fiscalizações dos serviços de distribuição de energia elétrica em 2015, pela Agepan, foi autorizada pelo contrato de metas firmado com a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE) da Aneel.

Nesse período, foram realizadas 4 (quatro) fiscalizações, sendo três na Concessionária EMS e uma na Concessionária Elektro, abordando aspectos da distribuição relativos à qualidade técnica do fornecimento, às reclamações e à conformidade dos níveis de tensão. A Agepan realizou, também, a pedido da Aneel, o acompanhamento das ações do Plano

de Recuperação e Correção das Falhas e Transgressões que motivaram a Intervenção Administrativa na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.

### 6.1.3 • Fiscalização de caráter técnico na EMS

Nas fiscalizações de caráter técnico na EMS foram priorizadas as análises dos procedimentos de operação e manutenção a partir dos sistemas de gestão informatizados e das rotinas operacionais. Foram realizadas inspeções “in-loco” em redes, linhas e subestações de distribuição, e avaliada também a coerência do plano plurianual de obras e investimentos do sistema de distribuição.

A definição das subestações a serem inspecionadas prioritariamente pela Agepan é realizada a partir da análise de interrupções de energia elétrica nos consumidores ligados a cada subestação operada pela concessionária de distribuição de energia elétrica. A Aneel estabelece indicadores de continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica quanto à duração e frequência de interrupção. São analisados, nesse caso, os Indicadores de Continuidade de Conjunto de Unidades Consumidoras (geralmente definidos por subestação de distribuição abrangendo as redes primárias de média tensão – alimentadores de distribuição que atendem os municípios), com os valores apurados em relação às metas/padrões definidos pela Aneel para o conjunto.

Os indicadores em análise são a Duração Equi-

Tabela 1 – Subestações da Concessionária EMS, inspecionadas pela Agepan em 2015, que atendem conjuntos que ultrapassaram os limites estabelecidos para os indicadores DEC e FEC em 2014

Conjuntos	qant. de consumidores <sup>(1)</sup>	DEC		FEC	
		Apurado	Limite	Apurado	Limite
Fátima do Sul	10.377	<b>9,4</b>	7,00	<b>9,4</b>	8,00
Ivinhema	16.350	<b>15,45</b>	14,00	<b>10,21</b>	8,00
Maracaju	13.648	<b>31,57</b>	14,00	<b>11,79</b>	11,00
Porto Murtinho	3.812	<b>16,31</b>	11,00	<b>9,97</b>	8,00
Campo Grande Assis Scaffa	44.908	<b>9,29</b>	9,00	8,09	9,00
Campo Grande Cuiabá	52.747	<b>9,67</b>	9,00	5,95	9,00
Dourados Alvorada	22.278	<b>10,65</b>	8,00	8,83	9,00
Dourados das Nações	11.960	<b>7,87</b>	7,00	6,67	9,00
Dourados Maxwell	37.156	<b>8,1</b>	8,00	5,15	8,00

Nota 1: Total de Consumidores dos Conjuntos selecionados = 213.236 • Total de Consumidores da Concessionária (2014) = 910.189  
• Percentual de Consumidores selecionados = 23,43 %

valente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC.

As subestações inspecionadas em 2015, relacionadas na Tabela 1, atendem conjuntos cujos valores dos indicadores DEC e FEC ultrapassaram os limites em 2014, entre estas, Campo Grande Cuiabá, Campo Grande Assis Scaffa, Dourados das Nações, Dourados Maxwell e Dourados Alvorada.

Também, na Tabela 1, são relacionados para essas subestações o número de consumidores atendidos, os indicadores apurados e os limites permitidos. Essas instalações representam 23,43% dos consumidores da distribuidora, 213.236 consumidores do universo de 910.189 em dezembro de 2014.

A Aneel avalia o atendimento às ocorrências emergenciais por meio de alguns indicadores de tempo vinculados a conjuntos de unidades consumidoras: Tempo Médio de Preparação (TMP), Tempo Médio de Deslocamento (TMD), Tempo Médio de Execução (TME), Número de Ocorrências Emergenciais (NUMOCORR) e Número de Ocorrências Emergenciais com Interrupção de Energia Elétrica (NIE). Esses indicadores são apurados mensalmente para cada conjunto de unidades consumidoras, e são expressos em minutos.

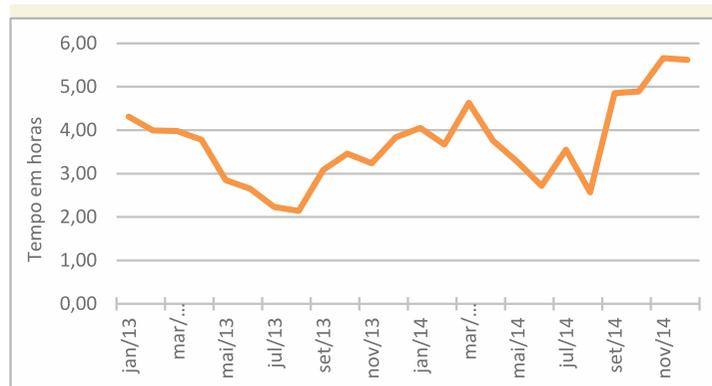


Figura 2 - Evolução mensal do TMAE global da EMS em 2013 e 2014.

O Tempo Médio de Atendimento a Emergências - TMAE correspondendo à soma dos Tempo Médio de Preparação - TMP, Médio de Deslocamento - TMD e Médio de Execução – TME.

Na EMS, no ano de 2013 o TMAE global foi de 3,37 horas e em 2014 foi de 4,26 horas. O gráfico apresentado na Figura 2 mostra a evolução do TMAE ao longo dos meses.

Além do TMAE global, a Agepan analisa cada conjunto de consumidores e considera tempos médios de atendimentos anuais acima de 6 horas em situação de alarme, também são consideradas as reincidências. As análises destes indicadores podem indicar a necessidade do redimensionamento dos recursos humanos e/ou ações que resultem na

Tabela 2 - Indicadores de Atendimento Emergencial da Concessionária EMS Conjuntos em Situação de Alarme

Conjuntos	2013		2014		2015 <sup>(1)</sup>	
	quant. de ocorrências	TMAE em hs	quant. de ocorrências	TMAE em hs	quant. de ocorrências	TMAE em hs
Água Clara	376,6	<b>6,28</b>	436,8	<b>7,28</b>	798,8	<b>13,31</b>
Alto Caracol <sup>(2)</sup>	-	-	577,2	<b>9,62</b>	631,9	<b>10,53</b>
Bonito Cederb	635,5	<b>10,59</b>	646,1	<b>10,77</b>	783,7	<b>13,06</b>
Chapadão do Sul	402,6	<b>6,71</b>	382,5	<b>6,38</b>	465,7	<b>7,76</b>
Mimoso	432,9	<b>7,22</b>	541,4	<b>9,02</b>	674,9	<b>11,25</b>
Terenos	291,6	4,86	445	<b>7,42</b>	430,1	<b>7,17</b>
Camapuã	367,4	<b>6,12</b>	497,9	<b>8,3</b>	683,2	<b>11,39</b>
Coxim	246,2	4,1	386	<b>6,43</b>	490,8	<b>8,18</b>
Jardim	305,2	5,09	368,3	<b>6,14</b>	419,3	<b>6,99</b>
Nova Andradina Casa Verde	381,9	<b>6,37</b>	382,8	<b>6,38</b>	511,3	<b>8,52</b>
Rio Negro	273,7	4,56	385,9	<b>6,43</b>	447,3	<b>7,45</b>
Rochedo	272,5	4,54	392	<b>6,53</b>	401,4	<b>6,69</b>

Nota 1: Dados acumulados no 1º semestre Nota 2: O conjunto não operava em 2013

melhoria da eficiência dos meios de comunicação nas respectivas regiões para o atendimento às ocorrências emergenciais nos conjuntos.

A Tabela 2 apresenta os conjuntos de consumidores da concessionária EMS, abrangidos pela fiscalização da Agepan, que tiveram tempos médios anuais acima de 06 (seis) horas e o comportamento no biênio 2013/2014. São visualizados o número de ocorrências no conjunto e o tempo médio de atendimento anual.

### 6.1.4 • Fiscalizações da qualidade da energia

Foram realizadas em 2015, fiscalizações para avaliar a conformidade dos níveis de tensão no ponto de entrega em que é conectada a unidade consumidora. Essas fiscalizações abordam a qualidade do produto. No regulamento da Aneel, Procedimentos da Distribuição - PRODIST, são caracterizados os fenômenos, parâmetros e valores de referência relativos à conformidade de tensão em regime permanente e às perturbações na forma de onda de tensão, estabelecendo mecanismos que possibilitem ao regulador fixar padrões para esses indicadores.

São os seguintes os indicadores de níveis de tensão em unidades consumidoras.

- a. Duração Relativa da Transgressão para Tensão Precária (DRP)
- b. Duração Relativa da Transgressão para Tensão Crítica (DRC)



Subestação Dourados - Alvorada

Tabela 3 - Valor em reais para o serviço de verificação de nível de tensão aprovado para as concessionárias<sup>(1)</sup>

Concessionárias	Grupo B (R\$)			Grupo A (R\$)
	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
EMS	7,33	12,21	14,66	81,49
Elektro	7,60	12,65	15,19	84,45

Nota 1: os valores só são devidos pelos consumidores se o resultado da medição não comprovar transgressão dos indicadores DRP ou DRC no ponto de conexão.

Caracteriza assimetria de informação o desconhecimento por parte dos consumidores dos aspectos regulatórios estabelecidos no PRODIST no tocante aos pedidos de medição de tensão.

Se o consumidor verificar algum problema relativo à qualidade da tensão no ponto de conexão (deve-se, primeiramente, assegurar que não há problemas nas instalações internas), pode registrar reclamação na distribuidora comunicando os dias da semana e horários em que o problema é verificado. A Distribuidora deve efetuar inspeção técnica até o ponto de conexão da unidade consumidora para avaliar a procedência da reclamação, fazendo uma medição instantânea composta de duas leituras, com um intervalo mínimo de 5 (cinco) minutos entre elas. Após a medição instantânea, os seguintes procedimentos devem ser executados pela distribuidora:

1. Se for comprovada na inspeção técnica que a reclamação é procedente e não for possível regularizar o nível de tensão nesse momento, a concessionária de distribuição deve instalar equipamento de medição para averiguar o nível de tensão de atendimento. Nessa averiguação, os valores eficazes da tensão são medidos com período de observação mínimo de 168 horas consecutivas devendo ser realizadas no mínimo 1008 leituras válidas. Os valores de tensão obtidos por essas medições são comparados à tensão de referência, que deve ser a tensão nominal ou a contratada, de acordo com o nível de tensão do ponto de conexão. Após a medição são calculados os dois indicadores DRP e DRC. Esses indicadores mostram a exposição da instalação do consumidor a níveis de tensão precária ou crítica conforme limites estabelecidos no PRODIST.

2. Se for comprovada na inspeção técnica que a reclamação é improcedente, o consumidor ainda tem o direito de solicitar a medição de 168 horas. Nesse caso, é cobrado o serviço se o resultado da medição

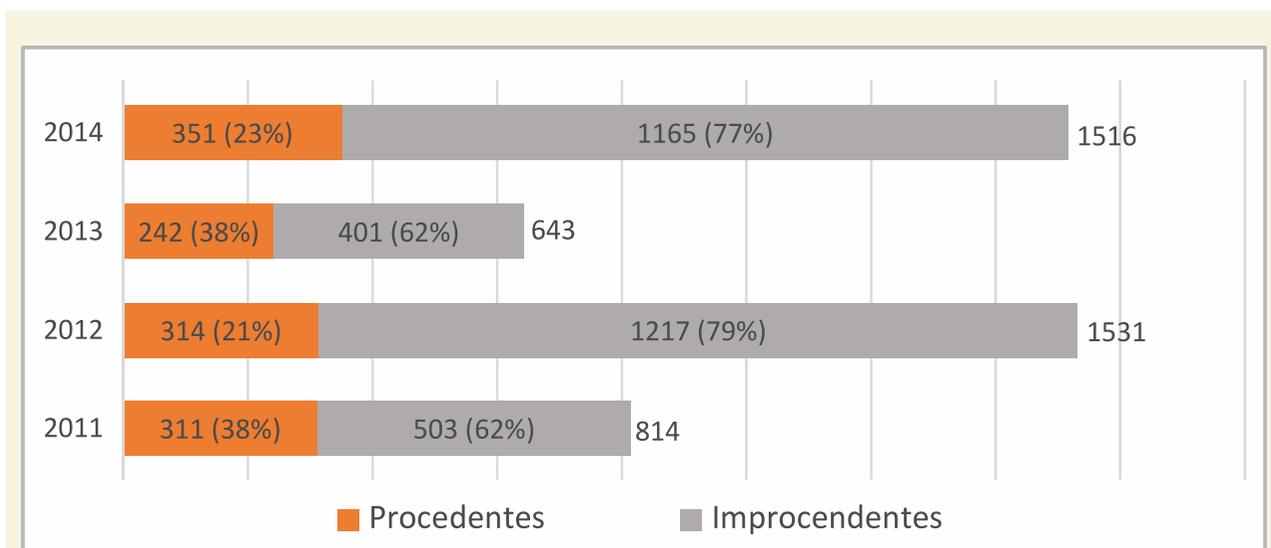


Figura 3 - Evolução do quantitativo de medições de tensão no período 2011 a 2014 na Concessionária EMS

não apresente valores nas faixas de tensão precária ou crítica. Esse valor é estabelecido em cada reajuste tarifário anual. Na Tabela 3 estão relacionados os valores para esses serviços estabelecidos pelas Resoluções Aneel Nº 1.874, de 7 de abril de 2015, em vigor no período de 8 de abril de 2015 a 7 de abril de 2016 para a concessionária EMS, e Nº 1.978 de 27 de outubro de 2015 em vigor no período de 30 de outubro de 2015 a 29 de outubro de 2016 para a concessionária Elektro.

Caso as medições de tensão indiquem valor de DRP ou de DRC superior aos máximos estabelecidos pelo regulador, a concessionária de distribuição deverá adotar providências para regularizar a tensão de atendimento, efetuar compensação na fatura do consumidor até a regularização, sem prejuízo de possíveis sanções cabíveis pela fiscalização da Aneel.

A Agepan realizou em 2015 duas fiscalizações na EMS, cujo escopo foi a conformidade dos níveis de tensão. Uma, relativa aos pedidos de medição de tensão realizados pelos próprios consumidores, e outra em que as medições são obrigatórias e amos-

trais, regulamentadas pela Aneel. Na concessionária Elektro, pedidos de medição de tensão estão na abrangência da fiscalização técnica realizada pela Agepan naquela concessionária.

A Figura 3 e a Tabela 4 apresentam, para o período de 2011 a 2014, a evolução do quantitativo de medições de tensão realizadas pelas Concessionárias EMS e Elektro (na área de concessão de Mato Grosso do Sul), relativas aos pedidos de consumidores do Estado de Mato Grosso do Sul.

### 6.1.5 • Fiscalização de caráter técnico na Elektro

Também foi realizada em 2015 uma fiscalização de caráter técnico na concessionária Elektro Eletricidade e Serviços S.A. Por operar no Estado de Mato Grosso do Sul em uma área de concessão relativamente pequena, a abrangência da fiscalização dos procedimentos na Elektro compreende todos os 05 (cinco) municípios atendidos pela distribuidora: Três Lagoas, Selvíria, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Anaurilândia.

Em 2015 foram efetuadas inspeções nas subestações de distribuição e, em especial, nas redes de distribuição. A característica marcante dessa área de concessão da Elektro é o fato da mesma estar localizada em região conhecida como Polígono dos Tornados.

Os municípios localizados nessa região apre-

Tabela 4 – Evolução do quantitativo de medições de tensão no período 2011 /2014 - Concessionária Elektro

Ano	Quantidade	Resultados
2010/2011	101	59,40% improcedentes <b>40,60%</b> procedentes
2013/2014	1142	60,42% improcedentes <b>39,58%</b> procedentes

sentam condições climáticas severas por sofrer grande influência do fenômeno El Niño, apresentando precipitação pluviométrica acima da média quando da ocorrência do fenômeno e fortes ventos, exigindo da concessionária de distribuição atenção redobrada na manutenção das redes, principalmente no quesito poda de árvores.

### 6.1.6 • Plano de Recuperação e Correção das Falhas e Transgressões

No processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para a Energisa, foi apresentado o Plano de Recuperação e Correção das Falhas e Transgressões que motivaram a intervenção nas concessionárias do Grupo Rede, entre elas a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (atual Energisa Mato Grosso do Sul - EMS), aprovado pela Resolução Autorizativa Aneel nº 4.463, de 17 de dezembro de 2013.

Nessa mesma resolução foi autorizado, também, o regime excepcional de sanções regulatórias, contemplando o caráter exclusivamente orientativo e/ou determinativo, sem aplicação de penalidades, das ações fiscalizadoras de caráter técnico-comercial, cujos termos de notificação foram emitidos até 31 de dezembro de 2015.

Nesse contexto, em 2015, a Agepan elaborou para a Aneel, estudos objetivando o acompanhamento e a análise das ações da EMS quanto à evolu-

ção dos indicadores da qualidade do produto, do serviço e do atendimento comercial, aos programas de manutenção, obras e investimentos, aos indicadores operacionais do sistema, aos reflexos nas compensações e ressarcimentos pagos aos consumidores, que eventualmente poderiam também impactar nas próximas revisões tarifárias, subsidiando a Aneel na verificação do cumprimento dos planos aprovados para recuperação e correção das falhas e das transgressões.

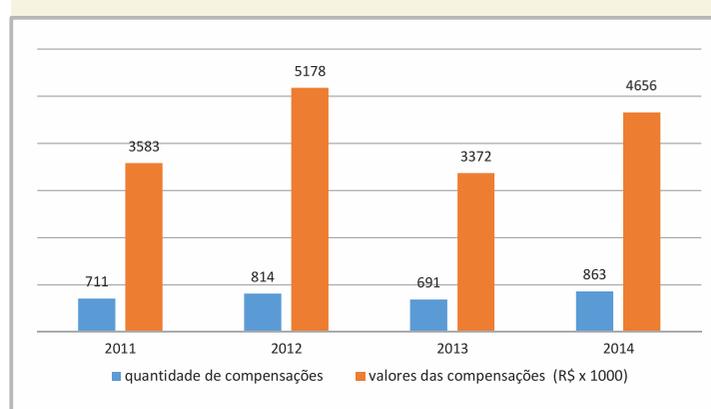


Figura 4 - Evolução anual da quantidade e dos valores dos pagamentos de compensações por violação dos indicadores de continuidade individuais no período de 2011 a 2014.

No primeiro relatório, foi feita a análise da evolução dos pagamentos aos consumidores, de compensações por transgressão dos indicadores de continuidade individuais (DIC, FIC, DMIC e DICRI). Essas compensações são pagas aos consumidores em decorrência de violação do limite de continuidade individual em relação ao período de apuração (men-



sal, trimestral ou anual), e são creditadas nas faturas de energia elétrica.

A figura 4 apresenta a evolução dos pagamentos de compensações por violação dos indicadores de continuidade individuais no período de 2011 a 2014. Nesse gráfico observa-se que, apenas no biênio 2012/2013, houve uma redução no número de consumidores que tiveram direito a compensação.

No segundo relatório, foram analisados os aspectos técnico-operacionais do sistema de distribuição da ENERSUL/EMS nas situações de carregamentos dos transformadores de potência, das linhas de distribuição e dos alimentadores primários, com análise da existência de previsão de obras para alívio das instalações que apresentem situação de carregamento elevado.

Na tabela 5 são relacionadas as subestações que nos últimos anos apresentaram reincidência de carregamentos superiores a 90% em transformadores de potência. A Agepan deverá acompanhar, nas próximas fiscalizações, os ajustes a serem executados pela EMS para manter os carrega-

mentos nos limites adequados.

Os carregamentos estarão dentro dos limites adequados de operação, se menores que 100% ou, no caso de estar acima, em pequenos períodos até um máximo de 20% de sobrecarga dentro das limitações de carregamento, levando-se em consideração o ciclo de carga e as temperaturas do óleo, do enrolamento e ambiente, baseado na NBR 5416/1997. Ocorrências de transformadores com medição acima de 80% necessitam previsões de obras de alívio de carga, e acima de 90% é importante que as obras já estejam liberadas para execução. Este acompanhamento é realizado pela Agepan, nas fiscalizações técnicas na distribuidora.

O terceiro relatório emitido pela Agepan tratou da qualidade do atendimento comercial quanto às reclamações de maior incidência dos consumidores de energia elétrica, no âmbito do sistema de distribuição da Energisa Mato Grosso do Sul - EMS, com registros nas ouvidorias da distribuidora e na Aneel, compilados e divulgados nas publicações da OSN (Ouvidoria Setorial em Números).

Tabela 5 - Subestações com transformadores onde ocorreram reincidência de carregamentos superiores a 90%

Subestação	Relação Tensão (KV)	Potência MVA	2011 mês (%)	2012 mês (%)	2013 mês (%)	2014 mês (%)	2015 mês (%)
Amambai	138/13,8	12,5	ago 85	ago <b>91</b>	jul <b>114</b>	out <b>107</b>	mar <b>101</b>
Aparecida do Taboado	138/13,8	12,5	nov 87	nov <b>97</b>	nov <b>100</b>	out <b>105</b>	jan <b>105</b>
Aquidauana	138/13,8	41,5	set 71	out 78	nov 80	out <b>92</b>	jan 81
Aquidauana	13,8/69	10	dez 90	dez <b>103</b>	dez <b>102</b>	dez <b>123</b>	jan <b>111</b>
Bela Vista	34,5/13,8	5	dez 85	dez 89	dez 89	out <b>98</b>	jan <b>94</b>
Cel. Sapucaia	34,5/13,8	3	dez 77	out 82	set 86	out <b>96</b>	jan <b>90</b>
CG Centro - TF02	138/13,8	41,5	jan 86	out <b>94</b>	jan <b>98</b>	out <b>94</b>	fev 82
CG Centro - TF03	138/13,8	41,5	nov <b>95</b>	out <b>96</b>	dez <b>97</b>	out <b>100</b>	fev <b>92</b>
CG Lageado TF02	138/13,8	25	nov 81	out 88	dez <b>95</b>	out <b>102</b>	jan <b>101</b>
CG M. Couto - TF02	138/13,8	20	jun 88	jan <b>111</b>	dez <b>92</b>	out <b>111</b>	jan <b>98</b>
Costa Rica	34,5/13,8	6,25	set 76	ago <b>94</b>	dez <b>94</b>	out <b>104</b>	abr <b>95</b>
Deodópolis TF01	69/13,8	3	ago 89	dez 84	mar <b>90</b>	out <b>91</b>	jan <b>94</b>
Deodópolis TF02	69/13,8	3	ago 89	dez 84	mar <b>90</b>	out <b>91</b>	jan <b>94</b>
Glória de Dourados	69/13,8	6,25	nov 82	set 81	nov <b>93</b>	out 89	jan <b>90</b>
Miranda	138/13,8	12,5	out <b>92</b>	dez <b>98</b>	dez <b>112</b>	out <b>111</b>	jan <b>100</b>
São Gabriel D'Oeste (terciário) <sup>(1)</sup>	138/34,5/13,8	12	- -	ago 85	dez <b>94</b>	out <b>109</b>	mar <b>108</b>

Nota 1: A subestação não operava em 2011

Foram analisados, em um horizonte temporal iniciado em 2011 estendido até 2015, entre outros, dados relativos a vistorias efetuadas no endereço do consumidor por ocasião do pedido de ligação, à efetivação de novas ligações de consumidores e às obras para viabilização do fornecimento de energia elétrica. Também está no escopo do relatório, o prazo de análise, pela concessionária, dos projetos executados por particulares para atender a um novo pedido de ligação de consumidor.

As tabelas 6, 7 e 8 apresentam a evolução dos números envolvidos nessas atividades.

A Intervenção Administrativa da Aneel na Eneersul se deu a partir de 31 de agosto de 2012, sendo anuída a transferência de controle para a Energisa em 28 de janeiro de 2014, com a operação implementada a partir de 15 de abril de 2014. Porém, como se apresenta na tabela 7, o quantitativo de vistorias realizadas fora do prazo em unidades urbanas teve um acréscimo contínuo e persistente de 2011 a 2015, que transcendeu as administrações do grupo Rede, o período de intervenção da Aneel e, também, a administração da Energisa, e é um desafio a ser enfrentado pelo novo controlador. Por outro

Tabela 6- Evolução do número de vistorias efetuadas no consumidor por ocasião do pedido de ligação e o percentual executado fora do prazo estabelecido em resolução da Aneel

Ano	Ucs Urbanas		Ucs Rurais	
	quant.	% fora prazo	quant.	% fora prazo
2011	3.306	2,80%	60	0,95%
2012	15.267	13,10%	376	9,76%
2013	18.513	16,98%	1.007	25,40%
2014	24.527	20,64%	1.058	17,07%
2015 <sup>(1)</sup>	16.528	27,36%	819	40,09%

Nota 1: valores até 30 de junho de 2015

lado, não é expressivo o número de ligações novas e executadas fora do prazo estabelecido na Resolução da Aneel 414/2010 em relação ao universo de novas ligações efetivadas.

Quanto à gestão da análise de projetos particulares, os dados apresentados na tabela 8 mostram que há um caminho a percorrer, e a necessidade da EMS melhorar esse indicador deverá estar pautada no escopo das próximas fiscalizações da Agepan.

O quarto e último relatório da Agepan em 2015, versou sobre a qualidade da energia elétrica, abordando a qualidade do produto e a qualidade do serviço prestado pela EMS.

Tabela 7 - Número de ligações novas e executadas fora do prazo estabelecido em Resolução da Aneel

Ano	Ligações Grupo B						Ligações Grupo A			
	Urbanas			Rurais			Urbanas	Rurais	Fora do prazo	%
	Total	Fora do prazo	%	Total	Fora do prazo	%				
2011	117.552	207	0,18%	6.205	6	0,10%	373	144	8	1,55%
2012	116.210	106	0,09%	3.733	20	0,54%	306	119	1	0,24%
2013	108.650	86	0,08%	3.778	11	0,29%	361	187	2	0,36%
2014	118.504	44	0,04%	5.979	21	0,35%	341	219	3	0,54%
2015 <sup>(1)</sup>	60.247	41	0,07%	1.938	4	0,21%	170	105	4	1,45%

Nota 1: valores até 30 de junho de 2015

Tabela 8 - Quantitativos de obras e projetos com extrapolação dos prazos regulamentares definidos na Resolução Aneel 414/2010

Ano	Atraso na elaboração dos estudos/orçamentos/projetos. (quant. obras)	Atraso no início de obra quant. (obras)	Atraso na informação ao interessado do resultado da análise de projetos. (quant. projetos)
2012	998	3	77
2013	1.637	121	301
2014	1.054	301	198
2015 <sup>(1)</sup>	824	112	163

Nota 1: valores até 30 de junho de 2015

Na análise da **qualidade do produto** foram verificados os indicadores coletivos de conformidade do nível de tensão em regime permanente, DRPE (Média dos indicadores individuais DRP) e DRCE (Média dos indicadores individuais DRC), relativo às transgressões para tensão precária e crítica observando-se a evolução desses indicadores de janeiro de 2011 até o mês de julho de 2015.

O gráfico na figura 5 apresenta a evolução comparativa entre os valores apurados e os limites regulatórios DRPm e DRCm. Houve um crescimento progressivo do DRPE até 2013, porém a partir de 2014 observa-se uma tendência de redução, acentuada em 2015.

Na análise da **qualidade do serviço** foram verificados os indicadores de continuidade quanto à duração e frequência de interrupções. Nas figuras 6 e 7 são apresentados os valores apurados para os indicadores de continuidade coletivos (DEC e FEC) globais da distribuidora EMS e os respectivos limites regulatórios, para os anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Nesse período, os indicadores de continuidade foram inferiores aos limites regulatórios. Em 2014 a EMS foi classificada em 11º lugar no "Ranking da Continuidade do Serviço", em um total de 36 concessionárias de distribuição. Esse indicador da Aneel avalia desempenho global das concessionárias de distribuição.

### 6.1.10 Geração

Em função do 20º e do 21º leilão de energia nova A-5, da Aneel, realizados respectivamente em 28 de novembro de 2014 e dia 30 de abril de 2015, foram viabilizados quatro novos empreendimentos de geração de energia elétrica com contratos no ambiente regulado no Estado de Mato Grosso do Sul: uma usina termoeletrica cuja fonte primária de energia é o cavaco de madeira, UTE Costa Rica I, e três usinas hidroelétricas, PCH Verde 4, PCH Verde 4A e PCH Bandeirante.

A usina termoeletrica Costa Rica I deverá iniciar o fornecimento de energia elétrica a partir de 2018, e as pequenas centrais hidroelétricas deverão iniciar o

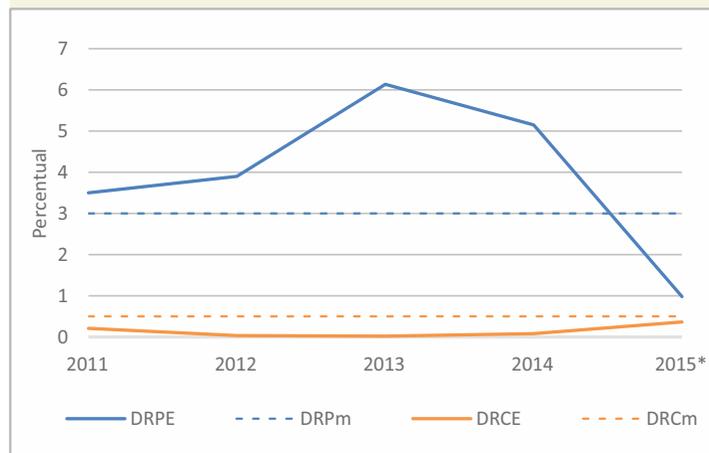


Figura 5 - Evolução dos valores apurados de DRCE e DRPE e limites regulatórios DRPm e DRCm Indicadores coletivos de conformidade do nível de tensão em regime permanente

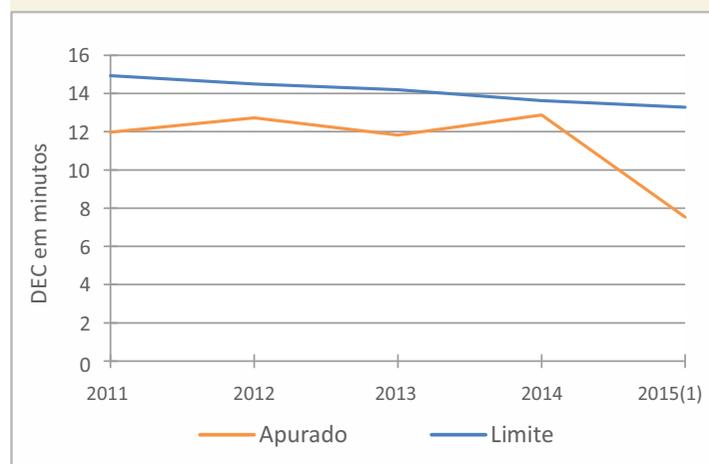


Figura 6 - Limites regulatórios e valores apurados para os indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC período 2011/2015 - Concessionária EMS  
Nota 1: Valores apurados até julho de 2015

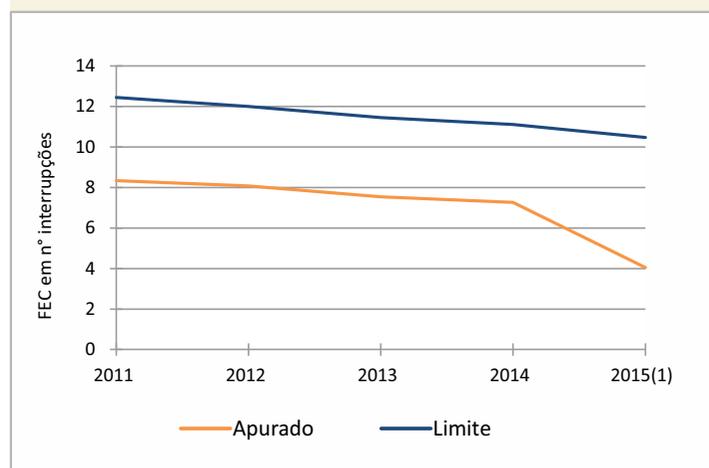


Figura 7 - Limites regulatórios e valores apurados para os indicadores Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC no período 2011 a 2015 para a Concessionária EMS  
Nota 1: Valores apurados até julho de 2015

fornecimento a partir de 2020. No total, acrescentarão 236,94 MW de potência ao parque gerador do Estado consolidando, ainda mais, a posição de MS como exportador de energia elétrica.

Durante o processo de construção, essas usinas serão monitoradas pela Aneel e eventuais fiscalizações, in loco, serão realizadas pela Agepan.

Em 2015, a Aneel liberou para operação comercial unidades geradoras de quatro empreendimentos de Mato Grosso do Sul que estavam em construção, acrescentando 196 MW de potência ao parque gerador do Estado. A partir de maio de 2015 as usinas termoeletricas, UTE Vista Alegre I acrescentou 30 MW ao parque gerador e passou a operar com 60 MW de capacidade instalada; também foi liberada a operação da UTE Vista Alegre II, com 30 MW de capacidade. Foi finalizada a ampliação da usina termoeletrica UTE Amandina, localizada no município de Ivinhema, que acrescentou 80 MW a partir de 25 de julho de 2015, totalizando 120 MW de capacidade instalada. Na usina termoeletrica UTE Eldorado, localizada no Município de Rio Brillhante, foi liberada a operação de duas novas unidades geradoras a partir de 28 de agosto de 2015, acrescentando 116 MW de potência, totalizando 141,02 MW de capacidade.

A execução das fiscalizações dos serviços de geração em 2015, pela Agepan, foi autorizada pelo contrato de metas firmado com a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG.

A Aneel prioriza as fiscalizações em usinas conectadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN. A maioria das usinas localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, que são conectadas ao sistema interligado e com exportação de energia elétrica para o sistema, estão conectadas ao sistema de distribuição da EMS e da Elektro. Porém, algumas dessas usinas estão conectadas diretamente nas subestações das empresas transmissoras de energia.

Em 2015 a Agepan fiscalizou, “in-loco”, 22 (vinte e um) empreendimentos de geração de energia elétrica em operação, sendo 09 (nove) usinas hidráulicas e 13 (treze) usinas termoeletricas. A seguir, são relacionadas as usinas do Estado que exportam energia por meio do sistema interligado e



Sala de Máquinas da PCH Costa Rica

seus respectivos pontos de conexão. Em **negrito** as usinas fiscalizadas pela Agepan em 2015.

Apenas duas usinas fiscalizadas em 2015 pertencem a sistemas isolados, ou seja, produzem energia para seu próprio consumo, sem exportação para o sistema interligado: UTE Vetorial localizada no município de Corumbá (MS) e UTE Santa Helena, no município de Nova Andradina (MS).

Para cada fiscalização, é aberto um processo administrativo para o empreendedor, e lavrado um termo de notificação que é encaminhado ao agente acompanhado de um relatório de fiscalização. O padrão dos relatórios de fiscalização estabelece quatro termos: constatação, não-conformidade, determinação e recomendação. Dois desses termos, não-conformidade e determinação, identificam ações a serem tomadas pelo agente fiscalizado que deve regularizar as não-conformidades relatadas e cumprir as determinações do regulador.

Das 21 notificações da Agepan emitidas em 2015, foram constatados 41 procedimentos não conformes a serem regularizados pelos agentes de geração. A não regularização pelo agente de geração das Não Conformidades apontadas pela Agência, implica em aplicação de penalidades.

Tabela 9 – Usinas conectadas em subestações da EMS

Usina	Potência	Ponto de conexão
UTE William Arjona	206,3	SE 138 kV Campo Grande Imbirussu
UTE Angélica	<b>96,0</b>	<b>SE 138 kV Ivinhema</b>
UTE LDC Bioenergia Rio Brilhante	90,0	SE 138 kV Rio Brilhante
UTE Caarapó	<b>76,0</b>	<b>SE 138 kV Dourados Santa Cruz</b>
UTE Passa Tempo	73,8	SE 138 kV Sidrolândia
UTE São Fernando	<b>50,0</b>	<b>SE 138 kV Dourados Santa Cruz</b>
UTE São Fernando Energia I	<b>50,0</b>	<b>SE 138 kV Dourados Santa Cruz</b>
UHE São Domingos	<b>48,0</b>	<b>SE138 kV Água Clara</b>
UTE Vista Alegre I	<b>60,0</b>	<b>SE 138 kV Vista Alegre</b>
UTE Vista Alegre II	<b>30,0</b>	<b>SE 138 kV Vista Alegre</b>
PCH Buriti	<b>30,0</b>	<b>SE 138 kV Paraíso</b>
PCH Assis Chateaubriand	29,5	SE 138 kV Mimoso
PCH Alto Sucuriú	<b>29,0</b>	<b>SD 138 kV Paraíso</b>
PCH Porto das Pedras	<b>28,0</b>	<b>SE 138 kV Paraíso</b>
PCH Paraíso I	<b>21,6</b>	<b>SE 138 kV Paraíso</b>
UTE Monteverde	<b>20,0</b>	<b>SE 138 kV Dourados Santa Cruz</b>
PCH Planalto	<b>17,0</b>	<b>SE 138 kV Chapadão do Sul</b>
PCH Costa Rica	<b>16,0</b>	<b>SE 138 kV Chapadão do Sul</b>
PCH Ponte Alta	13,0	SE 34,5 kV São Gabriel do Oeste
PCH Aquarius	4,2	SE 34,5 kV Sonora
CCH São João I	<b>0,7</b>	<b>LD 22 kV São Joao I – Ponta Porã</b>
CCH São João II	<b>0,6</b>	<b>LD 22 kV São Joao I – Ponta Porã</b>
CGH Energia Maia	0,5	LT 34,5 kV CG Cuiabá - Estrela PCH
CGH Vitor Andrade de Brito	0,4	SE 138 kV Imbirussu

Tabela 10 – Usinas conectadas em subestações da Elektro:

Usina	Potência	Ponto de conexão
UTE VCP - MS	175,0	SE 138 kV VCP - MS - ELEKTRO

Tabela 11 - Conectadas em subestações das empresas transmissoras de energia:

Usina	Potência	Ponto de conexão
UTE Eldorado Brasil	226,0	SE 138 kV Eldorado
UTE Santa Luzia I	130,0	SE 138 kV Rio Brilhante - ICG
UTE Costa Rica	79,8	SE 138 kV Chapadão - ICG
<b>UTE Amandina</b>	<b>120,0</b>	<b>SE 230 kV Ivinhema - BRILHANTE</b>
<b>UTE Iaco Agrícola</b>	<b>31,6</b>	<b>SE 138 kV Chapadão - ITATIM</b>
<b>UTE Eldorado</b>	<b>24,0</b>	<b>SE 138 kV Rio Brilhante - ICG</b>
PCH Indaiá Grande	20,1	SE 138 kV Chapadão - ICG
PCH Indaiazinho	12,4	SE 138 kV Chapadão - ICG

### **6.1.11 Fiscalização Econômico e Financeira do Setor de Distribuição de Energia Elétrica - Concessionária Energisa - MS**

A fiscalização de conformidade regulatória é planejada em conjunto com a ANEEL e executada, "in loco", sob a coordenação da Agepan juntamente com uma equipe de auditoria credenciada pela agência reguladora nacional. A cada ano, é sorteada pela Aneel a empresa de auditoria independente que acompanhará os trabalhos na concessionária de distribuição de energia elétrica de Mato Grosso do Sul. Há um revezamento anual das empresas selecionadas para esse trabalho, o que assegura a lisura e transparência nas ações.

Essa fiscalização é bastante aprofundada nas questões relacionadas a gestão e controle de riscos econômicos, financeiros, jurídicos e regulatórios. Tem por objetivo analisar a saúde econômica e financeira da concessão de distribuição de energia elétrica e a força da gestão da empresa. Os itens avaliados contemplados no procedimento, foram: a) as alterações na estrutura societária e a combinação de negócios entre empresas do mesmo grupo econômico, e o estabelecimento das relações de mercado, ou seja, se há evidências de monopólio ou oligopólio entre empresas do mesmo grupo, e como as transações entre partes relacionadas podem afetar positiva ou negativamente a concessão de distribuição de energia elétrica na área de abrangência da Energisa MS.

As decisões da companhia foram avaliadas por meio de leitura e análise das atas de assembleia geral, reuniões de diretoria e conselho fiscal. Os relatórios da administração e as atas mostraram a evolução da gestão da companhia no ano da fiscalização. Todas as decisões tomadas quanto a empréstimos captados e concedidos, tiveram regras definidas e muitas das vezes, precisaram de anuência da ANEEL, que por sua vez controla o endividamento da empresa, a fim de evitar endividamento excessivo e/ou antever situações de risco econômico e financeiro. Também foram avaliadas as ações judiciais,

dos tipos fiscal, trabalhista, tributária, regulatória, cível e as respectivas classificações de risco, quais sejam: possível, prováveis ou remotas. As ações representam riscos econômicos e em alguns casos previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade e Pronunciamentos Contábeis, podem significar aumento do ativo, pelo reconhecimento de direitos, ou aumento do passivo, quando do reconhecimento de obrigações a pagar, relativas a causas em que a empresa não obtém sucesso.

A força do recebimento, as metas de corte e realização são aspectos operacionais, com impactos econômicos e financeiros. A inadimplência dos consumidores é analisada e acompanhada, com o objetivo de avaliar a atitude empresarial em combatê-las. Não combater a inadimplência, representa reconhecer a necessidade de aumentos tarifários futuros, pela ineficiência na cobrança e aumento na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Em termos de serviços públicos agregados à conta do consumidor, foram analisados os contratos de fornecimento de iluminação pública, o faturamento, arrecadação e o repasse às prefeituras. A taxa de iluminação pública, cobrada nas contas de energia não fica em poder da concessionária, que repassa à prefeitura o numerário correspondente ao faturamento mensal da referida taxa mesmo que o cliente esteja inadimplente.

Em relação às Demonstrações Contábeis, o objetivo da contabilidade societária é a compreensão dos resultados da companhia e sua participação em relação ao grupo controlador, acionistas e demais "stakeholders", enquanto a contabilidade regulatória busca evidenciar a situação econômica e financeira da concessão, e o acompanhamento do processo pós intervenção da ANEEL na concessionária Energisa MS.

Outras fiscalizações importantes foram realizadas em 2015, no sentido de verificar a adimplência fiscal e de conformidade com os recolhimentos junto ao Ministério de Minas e Energia e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, bem como a aplicação dos recursos em Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética por parte da Energisa MS.

No ano, a empresa recebeu 4 (quatro) processos fiscalizatórios de natureza econômica e financeira conforme o Contrato de Metas firmado com a Aneel, que resultaram na aplicação de 1 (um) termo de notificação e 9 (nove) determinações.

**1.** Fiscalização de Adimplência Fiscal: que verifica se a empresa encontra-se regular com as suas obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis e tributárias;

**2.** Fiscalização da aplicação dos recursos em Pesquisa de Desenvolvimento e Eficiência Energética, que tem por fundamento verificar os percentuais aplicados nos respectivos programas e a sua contabilização e evidenciação nas Demonstrações Contábeis;

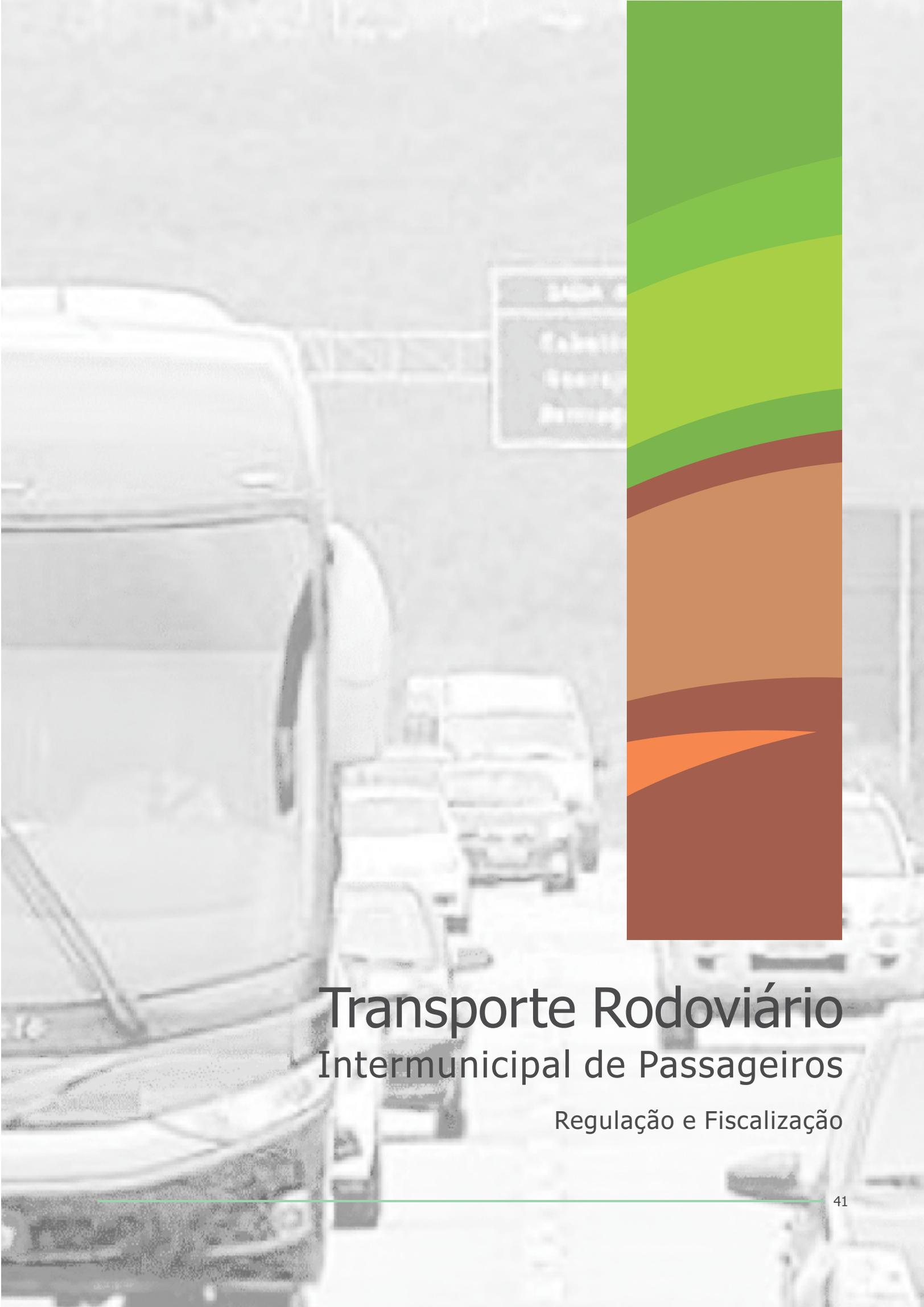
**3.** Fiscalização da Conta de Variação dos Itens da Parcela A, relativa ao cumprimento dos encargos setoriais, e da conformidade entre os valores aplica-

dos às tarifas e os homologados pela Aneel;

**4.** Fiscalização de Conformidade Regulatória, que objetiva verificar a gestão administrativa e econômico-financeira da companhia, os contratos entre partes relacionadas e aquisições de serviços, materiais e mútuos e empréstimos financeiros, alterações no estatuto da companhia e suas anuências. Ainda, foram verificados os convênios de repasse entre as prefeituras em relação à COSIP e Iluminação Pública, e o contencioso;

Foi realizada, também, a fiscalização da Prestação de Contas do Conselho de Consumidores – CONCEN. Pela primeira vez, a Agepan realizou essa fiscalização, com foco na observância dos regulamentos aplicáveis às prestações de contas dos recursos públicos.





# Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros

Regulação e Fiscalização

## 6.2 Transporte

**A**s legislações de trânsito e a de transporte, no Brasil, têm determinadas áreas de convergência começando pela competência legislativa, que é privativa da União. Entretanto, na área de transporte de passageiros, a Constituição Federal estabelece competências específicas nos três níveis de Governo (União, Estados e Municípios).

No caso dos Estados, a competência é residual, tendo em vista que o artigo 25, § 1º, da Constituição Federal de 1.988, prescreve que são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição, de onde se depreende que, no quesito 'transporte coletivo de passageiros', por exclusão das atribuições municipais e federal, caberá aos Estados a exploração, direta ou mediante licitação, do serviço de transporte rodoviário intermunicipal conforme posicionamento que tem sido adotado pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim sendo, o transporte intermunicipal regular de passageiros é definido como o serviço que atende às necessidades de deslocamento da população entre as cidades do Estado. Sua principal característica é a regularidade na operação, ou seja, as viagens são programadas para acontecer em dias e horários fixos, e têm como ponto de partida e de chegada os terminais rodoviários intermunicipais das cidades sul-mato-grossenses. É realizado por estradas federais, estaduais ou municipais, e abrange o transporte de passageiros, suas bagagens e encomendas.

Sua execução em Mato Grosso do Sul está regulamentada pelo Decreto nº 9.234/98, e a competência regulatória da prestação desse serviço no Estado está a cargo da Agepan desde o ano de 2.004. O serviço é prestado em três diferentes modalidades: transporte regular; fretamento contínuo e fretamento eventual que abrange, também, o transporte turístico.

Em 2.015 o Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado apresentava a seguinte configuração: operavam 22 empresas -

sendo 10 concessionárias, 12 autorizadas e 53 operadores autônomos, cobrindo 190 linhas, com a realização de mais de 230.000 viagens/ano, transportando aproximadamente 4.300.000 passageiros em todo o território estadual. O sistema concedeu, nesse período, 141.867 gratuidades (cem por cento de desconto nas passagens) a pessoas com idade a partir de sessenta anos, e 20.371 a pessoas deficientes que atenderam aos parâmetros legais para a concessão do benefício. Foram, também, concedidos descontos de cinquenta por cento sobre o preço das passagens a 65.200 pessoas a partir de 60 anos de idade.

Responsável pela normatização e a fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias e transportadores autônomos, a Diretoria de Normatização e Fiscalização tem em seu quadro a Câmara Técnica de Transportes – CATRANSP, que tem por atribuições as operações de fiscalização, as vistorias dos veículos cadastrados na Agência pelos operadores do sistema de transporte e a renovação e cadastro de empresas de transporte de passageiros no Estado.

Já a regulação econômica, que trata dos reajustes e revisões tarifárias dos serviços prestados, é de responsabilidade da Diretoria de Regulação Econômica, cuja gerência – GEREG a ela se reporta.

### 6.2.1 Normatização e Fiscalização

Há algum tempo vem se observando indicadores decrescentes de volume de passageiros transportados pelas linhas regulares de prestação dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal, motivado por diversos fatores, entre eles, o aumento do transporte clandestino, realizado por transportadores não autorizados ou mesmo por veículos particulares; o preço das passagens praticado pelos operadores regulares; e as facilidades oferecidas aos passageiros pelos veículos irregulares, como flexibilidade no local de desembarque e nos horários das viagens, além de tarifas menores em algumas situações.

Essa prática, além de colocar em risco a vida das pessoas - pela falta, muitas vezes, de condições

daqueles que executam o serviço sem o devido preparo, com veículos nem sempre adequados, sem realização de manutenção, sem cobertura de seguros para os passageiros transportados e, com o trabalho sendo realizado sob forte "stress" pelo receio de serem flagrados pela fiscalização, autuados e terem seus veículos apreendidos - também provoca o desequilíbrio econômico-financeiro do sistema, causando uma série de problemas para os operadores regulares que prestam os serviços sob regras específicas e exigências legais, empregam pessoas, pagam tributos e são obrigados a manter os equipamentos rodando, independentemente de carregarem passageiros ou não.

O combate ao transporte clandestino exige fiscalizações a campo sistemáticas e constantes, por longos períodos, para que seu resultado seja efetivo, o que, nem sempre é possível devido ao número limitado de pessoal disponível para a atividade, que precisa ser realizada em diversas regiões do Estado, e a dependência do apoio do policiamento que, em algumas situações, precisa ser deslocado de seus postos de serviços para auxiliar nas operações, o que por vezes fica dificultado devido ao reduzido efetivo de policiais.

Para desestimular essa prática, a Agência tem adotado diversas medidas, baixando portarias que permitam a melhora da competitividade das empresas cadastradas, e intensificando as operações de fiscalização a campo.

### **Tarifa promocional**

Com foco no combate ao transporte clandestino de passageiros, a Agepan baixou a Portaria nº 117 de agosto de 2015, que regulamentou os procedimentos para fixação de tarifas promocionais no Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do estado de Mato Grosso do Sul.

A mencionada portaria tem por finalidade melhorar a taxa de ocupação dos veículos autorizados a prestar o serviço o que, conseqüentemente, melhora o aproveitamento da frota em operação e a rentabilidade das empresas, além de beneficiar os usuários do sistema com a oferta de preços de passagens pro-



Terminal Rodoviário de Campo Grande - MS

mocionais. O incremento da demanda permitirá às empresas transportadoras a realização de investimentos para renovação e ampliação de suas frotas. A melhora na prestação dos serviços pode, como consequência, atrair mais usuários para o sistema.

Essa prática já vem sendo adotada por agências reguladoras de outros estados, e ainda não havia sido utilizada pela Agepan, em função de restrições ocasionadas pela ausência de sistema informatizado que permitisse o adequado controle das promoções adotadas pelas operadoras autorizadas. Com a implementação e consolidação do Sistema de Gestão do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros (SGTRIP), composto por módulos como o Sistema de Gestão de Linhas e Tarifas (SGLTAR), o Sistema de Gestão de Movimentação de Passageiros (SGMP) e o Sistema de Controle de Benefícios (SGCB) desde o início de 2015, foi possível a autorização da prática de tarifas promocionais pelas operadoras cadastradas.

A configuração e o dimensionamento do sistema de transporte estão pensados para o atendimento de demanda de pico, o que provoca ociosidade em determinados períodos. A utilização de tarifas promocionais permite aos operadores regulares adequar melhor a distribuição de passageiros e a utilização dos equipamentos disponíveis. A promoção pode ser adotada pelo operador para incentivar as viagens eventuais de passageiros, concentrando-as em determinados períodos e incentivando o passageiro a adquirir o hábito de comprar as passagens com antecedência para se beneficiar do preço. Essa atitude

permite ao operador o planejamento da disponibilidade dos equipamentos de forma mais adequada.

A portaria faculta, ainda, ao operador a utilização da ferramenta de forma variada e com flexibilidade, desde que previamente aprovada pela Agepan. A promoção, entretanto, não pode ser aplicada quando o idoso estiver adquirindo um bilhete de passagem já com o desconto de cinquenta por cento.

Nos quatro primeiros meses após a publicação da portaria, percebeu-se que a utilização das promoções ocorreu, especialmente, nas linhas de maior distância onde os preços das passagens é maior e a oferta do clandestino é mais vantajosa. Nesses casos, as promoções foram utilizadas para combater a concorrência ilegal, oferecendo preços menores aos passageiros, estimulando-os a optarem pelo transporte regular.

Em alguns casos, operadoras de linhas de curta distância optaram por praticar descontos em todas as tarifas, objetivando melhorar a taxa de ocupação com o aumento de passageiros.

## Fiscalização



Com o foco da fiscalização voltado para o combate ao transporte clandestino de passageiros, em função do seu crescimento e do perigo que representa para os passageiros e para os usuários das vias de circulação, e com a limitação no número de fiscais para a realização do trabalho, foram introduzidas algumas modificações na forma de atuação da fiscalização, de forma a contemplar as operações direcionadas aos transportadores cadastrados e o combate aos clandestinos.

A fiscalização dos operadores regularmente

cadastrados passou a ser feita nas garagens prioritariamente, e eventualmente nas rodovias. A aplicação de penalidade monetária pura e simples nem sempre corrige o problema que provocou a autuação do operador regular, uma vez que as empresas podem recorrer e com isso alongar o tempo para o seu cumprimento. Além disso, durante esse período, muitas vezes, a correção do problema não ocorre, em prejuízo do usuário.

Tendo em conta essa constatação, para as infrações cometidas pelos operadores cadastrados, em um primeiro momento, passaram a ser aplicadas providências corretivas em vez de autuação, e para infrações reincidentes, passou-se a adotar maior rigor na aplicação das penalidades. As providências corretivas têm a finalidade de compreender o fator provocador da não conformidade e de que forma a mesma pode ser sanada. Nas estradas, o operador regular é submetido à fiscalização, especialmente em situações de transporte de passageiros em pé, ou quando há problemas visíveis em equipamentos externos (pneus, vidros, limpador de para-brisa, faróis, etc.).

Com relação ao clandestino, as fiscalizações eventuais não conseguiram eliminar a sua prática, apesar das autuações e apreensão de vários veículos, pois, transcorrido algum tempo os mesmos voltavam a operar. Chegou-se à conclusão que mais importante que a penalização seria impedi-lo de circular, de forma a inviabilizar a sua operação.

A partir daí, foram identificadas as regiões com maior incidência da prática, a frequência, os períodos e os horários mais comuns. Percebeu-se que esse transporte é realizado em dois fluxos: interior – capital que pode ocorrer todos os dias e a qualquer horário, pois transporta pessoas com vários objetivos: compras, serviços bancários, serviços médicos e lazer; e de cidades pequenas do interior para suas cidades polo, que ocorre com maior frequência em determinados dias do mês e em horários específicos, com destino a serviços de INSS, postos bancários, compras, atendimento médico, etc.

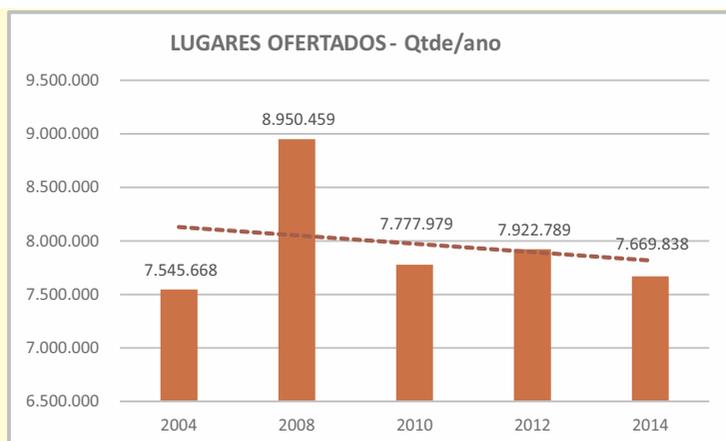
No primeiro caso, interior – capital, as fiscalizações são realizadas em operações volante, têm pro-

gramação diária, e acontecem em diferentes horários e locais, nas principais saídas da Capital. No caso das cidades pequenas do interior para suas cidades polo, as fiscalizações são programadas de acordo com o fluxo detectado, e as operações têm dias, horários e locais previamente definidos.

Ainda com relação ao interior, em função da menor quantidade de clandestinos é mais fácil conciliar a fiscalização do transporte regular com o combate ao clandestino. Nesse caso, são utilizadas equipes fixas de fiscais dos polos regionais: Aquidauana, Jardim, Coxim, Ponta Porã, Dourados, Naviraí, Três Lagoas, e das cidades de Chapadão do Sul e Rio Verde, que são deslocados para os principais pontos de passagem de transporte, tanto o regular quanto o clandestino, para cobrir as operações de fiscalização planejadas nos dias de movimento mapeados. Fora desse período, as operações ocorrem quando há denúncias que normalmente entram via Ouvidoria da Agência. Essas denúncias são repassadas para a Câmara Técnica de Transporte - Núcleo de Fiscalização, que inclui na programação o atendimento do objeto da denúncia. Realizada a operação em campo, o fiscal faz um relatório do apurado e das providências adotadas. Esse relatório é encaminhado para a Ouvidoria por e-mail.

Com a adoção desse método de operação, ao final de um período foi possível observar a redução do número de autuações; o aumento do fluxo de passageiros no transporte regular; a diminuição de denúncias de transporte clandestino, e de infrações do operador regular, pela presença contínua da fisca-

Figura 1



lização nas estradas, inibindo a prática de infrações e ilegalidades.

Além das parcerias já tradicionais da Agepan para a realização conjunta das operações de fiscalização, com a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Rodoviária Estadual, entre outras, foram firmadas mais duas parcerias: com a Polícia Civil e a Polícia Militar, para atuação da fiscalização em área urbana.

## 6.2.2 Regulação econômica

Uma das diretrizes da Agepan, estabelecida em sua lei de criação, é a de promover e zelar pelo equilíbrio econômico e pela eficiência técnica dos serviços públicos delegados, assegurando a prestação de serviços adequados, assim entendidos aqueles que satisfazem as condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade, modicidade das tarifas e a estabilidade nas relações entre o poder concedente, entidades reguladas e usuários.

Anualmente, no mês de março - data-base estabelecida pela Agepan em portaria - é realizado o reajuste das tarifas praticadas no Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado. Em 2.015, a autorização e os percentuais para os reajustes do ano das tarifas foram estabelecidos por meio da Portaria nº 105 de 15 de abril.

## Monitoramento dos Serviços

No setor de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, os dados disponíveis mostram que o número de lugares ofertados tem se reduzido ao longo dos anos, e o número de viagens aumentou.

Figura 2

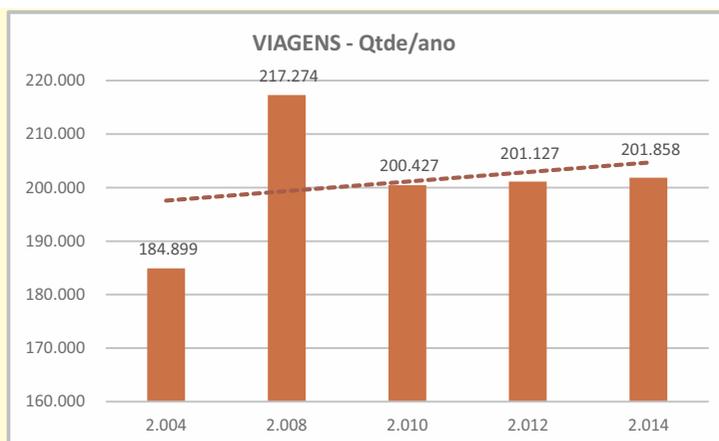
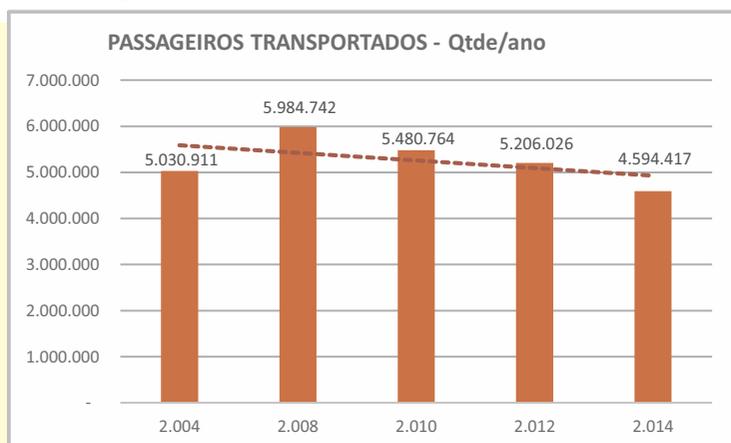


Figura 3



A Receita Operacional Líquida das operadoras cadastradas tem crescido em função dos reajustes anuais, embora o número de passageiros transportados apresente, historicamente, um declínio na década analisada.

Os benefícios concedidos pelo Governo do Estado, por meio do Crédito Outorgado de ICMS fazem parte do Programa de Inclusão Social do Estado. O Passe-livre Intermunicipal, coordenado pelas Secretarias de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, Secretaria de Estado de Fazenda e Agepan, tem apresentado uma sensível variação a cada ano, decorrente das alterações na legislação, e tem crescido ao longo dos anos, em virtude do seu fortalecimento e consolidação.

Em relação às Tarifas Médias, os custos operacionais e de capital, relacionados aos serviços públicos de transportes de passageiros, tiveram aumentos baseados no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Figura 5

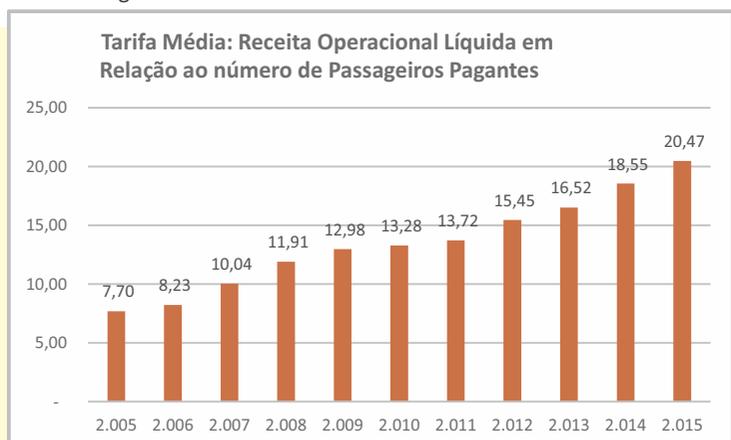
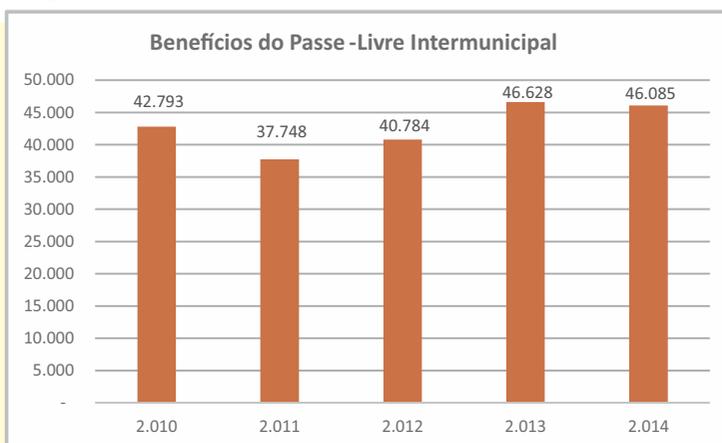


Figura 4

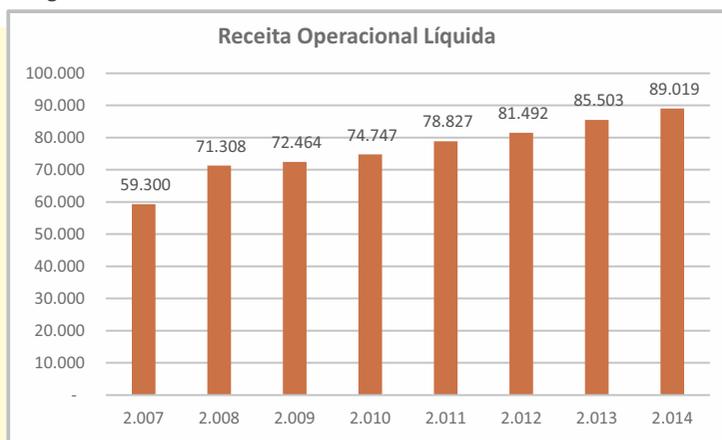


Entretanto, a queda no número de passageiros e o aumento do número de viagens, teve por consequência o aumento dos custos operacionais; o incremento de 20% de 2012 a 2014 na Tarifa Média, enquanto a Receita Operacional Líquida teve um acréscimo de 9%, refletindo a queda na demanda a cada reajuste que ocorre nas tarifas.

### Regulação da Tarifa do Pedágio

Com a implantação das praças de pedágio na BR-163– rodovia federal que corta Mato Grosso do Sul - no final de 2.014, a Agência Reguladora realizou estudos analíticos, com o objetivo de disciplinar a cobrança, os critérios e procedimentos a serem adotados pelas empresas do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado, para o repasse dos valores de pedágios aos passageiros nas rodovias submetidas ao regime de pedágio. O resultado desses estudos foi o rateio do custo incremental por média de passageiros das linhas que tran-

Figura 6



sitam pela rodovia, sem prejuízo ou ganho para o operador. Esses estudos deram origem à Portaria Agepan nº 122, de 18 de novembro de 2015.

### **6.2.3 Gestão Operacional Câmara Técnica de Transportes - CATRANSP**

A CATRANSP está organizada, basicamente, em 2 setores: o Núcleo de Vistoria e o Núcleo de Fiscalização. Conta, ainda, com uma equipe técnico-administrativa para tratar das tramitações pertinentes a processos de cadastro de empresas transportadoras, de acompanhamento de linhas regulares e de autos de infração, bem como da análise de requerimentos de natureza diversa. Essa mesma equipe também dá suporte às atividades dos dois núcleos mencionados anteriormente.

Com a finalidade de agilizar o envio das informações das operadoras do serviço para a Agepan, relacionadas aos benefícios de gratuidades e descontos concedidos aos usuários do transporte rodoviário de passageiros, e de disponibilizar o acesso “on line” dos dados relativos às linhas regulares, a Agepan dispõe de dois sistemas gestores criados para plataforma web, denominados respectivamente: Sistema Gestor de Controle de Benefícios – SGCB e Sistema Gestor de Linhas e Tarifas – SGLTAR, que fazem parte do Sistema de Gestão do Transporte Rodoviário Intermunicipal de MS, conforme já mencionado anteriormente.

O SGCB é o sistema responsável pela apuração do crédito outorgado do ICMS em favor das empresas transportadoras, relativo à concessão de gratuidades e/ou desconto para idosos e pessoas com deficiência na utilização do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, nos termos da Lei n. 4.086 de 20 de setembro de 2011, Decreto nº 13.646 de 06 de junho de 2013, e Resolução Conjunta SEFAZ/SEGOV/SETAS nº 01 de 22 de agosto de 2014. A fase final de testes e importação de benefícios paralelos desde o lançamento do sistema, em 2014, teve sua finalização em dezembro de 2015, após os ajustes e correções de inconsistências realizados ao longo de sua implantação.

O segundo sistema – SGLTAR, também desempenha papel fundamental nesse contexto, pois abrange todas as informações relativas às linhas, com relação aos registros e informações dos seguintes dados: empresa, contrato, esquema operacional, tarifa, horários e situação.

Com a edição da Portaria nº 117, de 19 de agosto de 2015, que dispõe sobre os procedimentos para fixação de tarifas promocionais no Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado, foi necessária a criação de uma aplicação no SGLTAR para registro da solicitação da promoção e sua homologação ou não, pois o mesmo estará ligado aos outros módulos em fase de desenvolvimento. Correlacionados aos sistemas gestores mencionados, já em fase adiantada de desenvolvimento, estão sendo trabalhados, ainda, os seguintes módulos:

- **Sistema Gestor de Movimentação de Passageiros - SGMP**, no qual será informada, em tempo real, a movimentação de passageiros nas linhas, permitindo à Agepan a tomada de decisões com base em números atualizados. A previsão para o início da fase de testes é fevereiro de 2016;
- **Sistema Gestor de Frota e Fretamento – SGFF**, no qual estará registrada toda a frota utilizada pelas empresas transportadoras, possibilitando a emissão de certificados de vistorias via web.

Devido à diversidade de programas necessários para abranger os serviços, será criado um Portal do Sistema Gestor de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros – SGTRIP, onde todos os sistemas ligados ao transporte poderão ser acessados. Esse portal será disponibilizado às transportadoras, permitindo a alimentação do sistema com dados gerais relativos aos serviços prestados.

### **Ponte Rodoviária sobre o rio Paraguai**

A ponte sobre o Rio Paraguai, localizada na rodovia federal BR 262, em Mato Grosso do Sul, foi objeto de Convênio de Delegação celebrado entre a União e o Estado de MS e assinado em setembro de 1.997, para administração e exploração de pedágio nesse trecho.



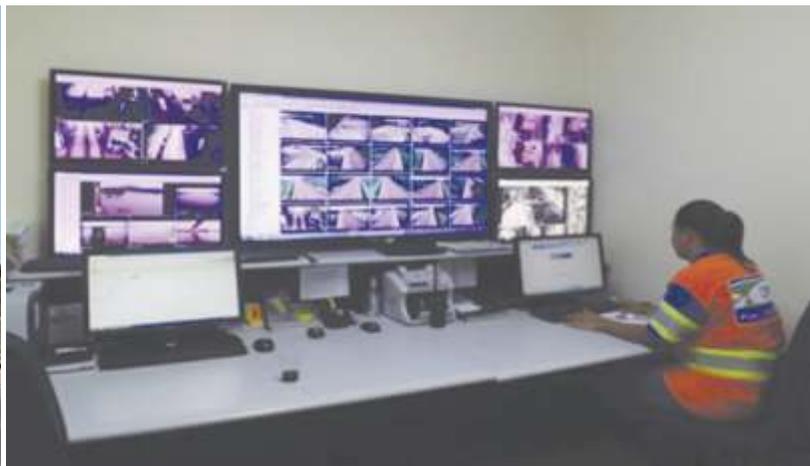
Praça de pedágio na ponte rodoviária sobre o Rio Paraguai

Esse instrumento transferiu para o Estado as competências de poder de polícia administrativa do DNER referentes a autuação dos veículos por excesso de peso; cobrança dos valores referentes aos danos do patrimônio na rodovia; fiscalização da faixa de condomínio; cobrança e arrecadação dos valores relativos à taxa de utilização da via e fiscalização dos acessos à rodovia federal. Até agosto de 2.015 todas essas atribuições foram exercidas diretamente pelo Estado, por meio da Agesul - Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de MS.

A partir de setembro de 2.015, a Agepan iniciou suas atividades de fiscalização do pedágio da ponte rodoviária sobre o Rio Paraguai, primeiramente visitando as instalações da empresa Concessionária Porto Morrinho Ltda., no local denominado Porto Morrinho, município de Corumbá/MS, com o objetivo de conhecer sua estrutura e funcionamento. Também, a partir dessa data, passou a ser de responsabilidade da Agência o processo de reajuste das tarifas de pedágio cobradas na ponte.

### **Praça de Pedágio**

A praça de pedágio é composta por duas cabines de cobrança, monitoradas por câmeras, onde é feita a verificação simultânea dos valores cobrados por veículos. Nos casos de inconsistência, é utilizado sistema informatizado terceirizado que, além de fazer o controle dos veículos, detecta a quantidade de eixos e o valor a ser recolhido, o que possibilita a emissão de diferentes tipos de relatórios para as mais diversas verificações e acompanhamentos.



Sala de controle da praça de pedágio

O sistema de monitoramento é composto por 54 (cinquenta e quatro) câmeras que registram diariamente, tanto o fluxo sobre a ponte como embaixo dela. Serão instaladas, ainda, duas câmeras infravermelho com captação de presença pelo calor.

### **Núcleo de Fiscalização**

Parte integrante da Câmara Técnica de Transportes, ao Núcleo de Fiscalização competem várias atividades diretamente relacionadas às operações de fiscalização dos serviços prestados pelos operadores do transporte intermunicipal de passageiros em Mato Grosso do Sul, tais como: fiscalização de horários, tarifas e seccionamentos das linhas regulares; apuração de reclamações registradas na Ouvidoria; vistoria dos veículos nos terminais rodoviários e nas garagens; cumprimento das ordens de serviço; levantamento e monitoramento de linhas regulares; atendimento ao público em geral, prestando esclarecimentos e fornecendo informações acerca dos serviços; combate ao transporte clandestino, e atividades afins.

O trabalho da equipe é desenvolvido por meio de operações volante de fiscalização a campo, previamente programadas, como também fiscalizações fixas. As operações volante são realizadas em parceria com um ou vários órgãos, federais ou estaduais, responsáveis pela segurança pública no Estado.

Dez cidades de Mato Grosso do Sul contam com fiscalização permanente em seus terminais rodoviários. São elas: Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Naviraí, Jardim, Aquidauana, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Chapadão do Sul e Três Lagoas.

Durante o ano de 2015, mensalmente, aconteceram fiscalizações intensivas voltadas ao combate de veículos clandestinos na região de Sidrolândia. É sabido que nessa região, aproximadamente sessenta veículos de passeio são utilizados, com frequência, para o transporte de pessoas entre os municípios de Sidrolândia e Campo Grande.

O maior desafio da fiscalização tem sido a conscientização dos passageiros, atraídos pelas facilidades oferecidas, com abordagem nos pontos de parada e desembarque em destinos específicos. Entretanto, esses passageiros ficam totalmente desassistidos quanto a eventuais sinistros e, ainda, contribuem para evasão de receitas públicas, pois esse serviço irregular não recolhe impostos comuns aos que prestam regularmente o serviço de transporte intermunicipal de passageiros.



Fiscalização volante - Posto PRF Dourados

A fiscalização tem focado suas ações em conhecer o modo como estão organizados, onde estão localizados os principais pontos utilizados pelos transportadores irregulares e, principalmente, quais são os veículos envolvidos, utilizando informações de denúncias recebidas pela Agência relativas a veículos que, possivelmente, estão envolvidos nessa prática.

A Figura 00 apresenta o número de veículos fiscalizados mês a mês no ano de 2015, o que demonstra que Agepan manteve, rotineiramente, uma fiscalização média de 42% dos veículos cadastrados em sua base de dados.

Como resultado das fiscalizações realizadas, 23 veículos clandestinos foram apreendidos no período,

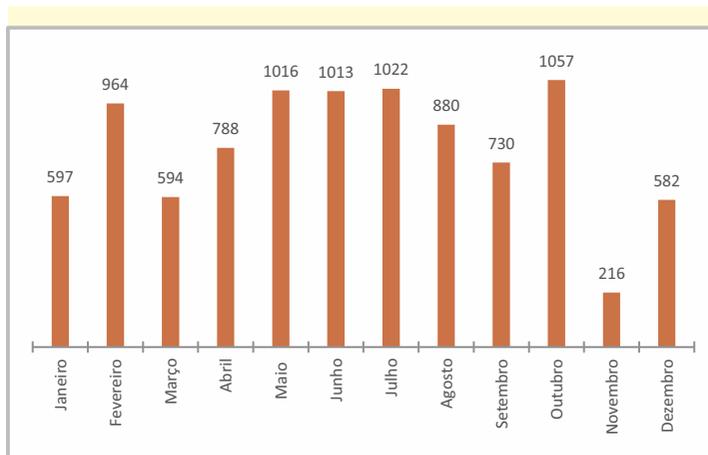


Figura 7 - Número de veículos fiscalizados ao mês, em 2015

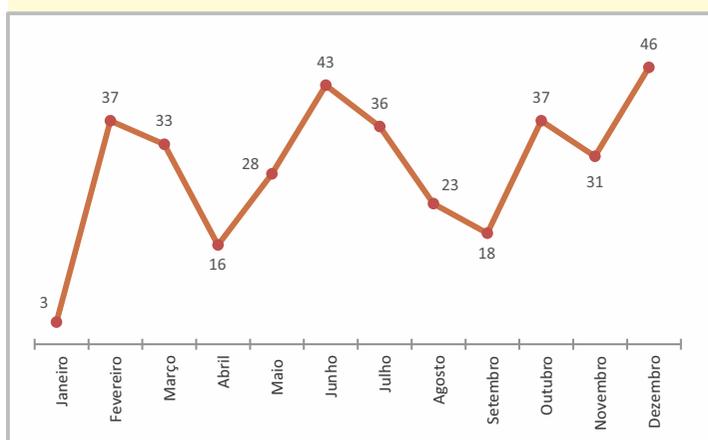


Figura 8 - Número de autos lavrados ao mês, em 2015

e as atuações atingiram 23.670 Unidade Fiscal Estadual de Referência de Mato Grosso do Sul (UFERMS). Tomando-se como referência o valor da UFERMS de dezembro de 2015, o valor das atuações ultrapassa R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais).

A Figura 00 indica a quantidade de autos lavrados por mês, evidenciando que o valor médio por auto de infração é de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

## Núcleo de Vistorias

Também integrante da Câmara Técnica de Transportes, o Núcleo de Vistorias é responsável pelas vistorias veiculares realizadas periodicamente em todos os veículos da frota que presta serviços de transporte intermunicipal de passageiros no Estado. Nas linhas de caráter social, que atendem comunidades, essa vistoria é realizada por empresa credenciada pelo INMETRO.

São de responsabilidade do núcleo, a vistoria

veicular quanto à segurança, conforto e higiene da frota registrada pelas empresas de linhas regulares, empresas de fretamento eventual, turístico e contínuo; a análise e verificação de documentos de registro dos veículos; inclusão de dados do veículo no sistema; o acompanhamento da frota registrada e a instrução dos procedimentos de inspeção e vistoria veicular, sendo que as vistorias e inspeções veiculares podem ser agendadas por região, caso em que há o deslocamento do vistoriador, ou nas localidades onde há fiscal permanente: Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Naviraí, Chapadão do Sul, Coxim, Três Lagoas, Jardim, Aquidauana e Rio Verde de MT.

Durante o ano de 2015 foi realizado o total de 2.818 vistorias, cuja arrecadação total foi de R\$ 306.361,60, com valor médio de R\$ 108,00. A Figura 00, a seguir, demonstra mês a mês o número de vistoria realizadas.

### Cadastro e Renovação

A Renovação e Cadastro de Empresas de Transporte Intermunicipal de Passageiros é outra atividade realizada no âmbito da Câmara Técnica de Transportes, e tem por objetivo o recebimento e análise dos documentos relativos ao cadastramento ou renovação cadastral das empresas prestadoras do serviço; a formalização do processo cadastral; a informação de eventuais pendências documentais ao interessado, além do cadastramento e/ou atualização de dados no sistema da Agepan.

Em 2015, a Câmara Técnica de Transportes processou 123 requerimentos entre renovação e

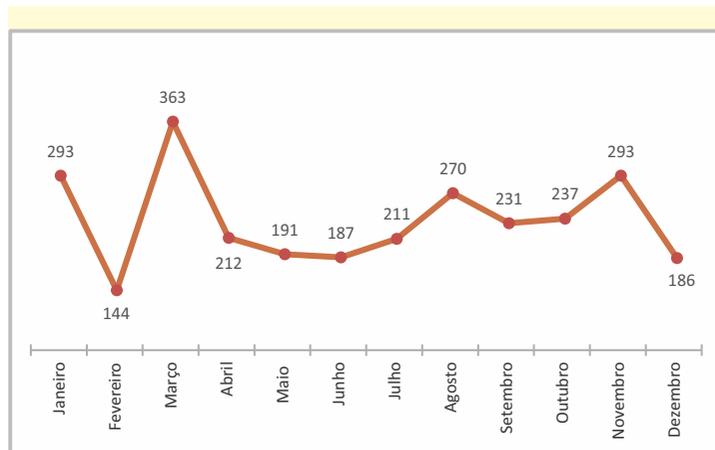


Figura 9 - Número de vistorias realizadas ao mês, em 2015

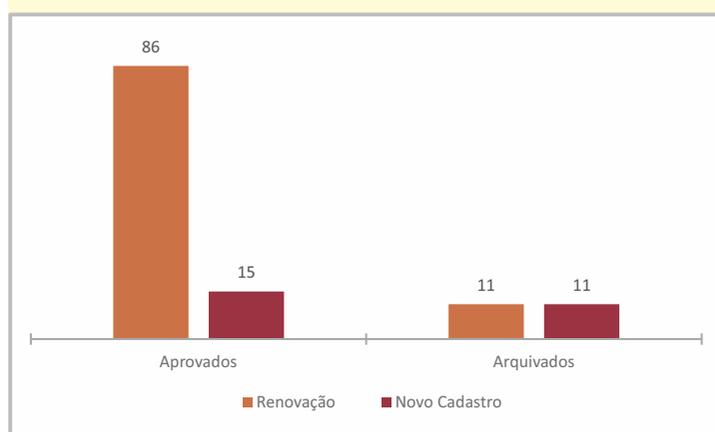


Figura 10 - Número de cadastros em 2015

novo cadastro, sendo 101 (82,11%) aprovados. Destes, 64 foram da modalidade de transporte Fretamento Eventual/Turístico, 28 do Fretamento Contínuo e 9 do sistema Regular de Passageiros.

A Figura 00, a seguir, indica que dos requerimentos processados, 101 foram aprovados e 22 arquivados, e também evidenciam sua natureza – renovação cadastral ou novo cadastro.





# Gás Canalizado

Regulação e Fiscalização

## 6.3 Gás Canalizado

**A** Regulação do Gás Canalizado tem por objetivo desenvolver de forma regular e ordenada, atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de distribuição de Gás Canalizado no âmbito do estado do Mato Grosso do Sul.

As atividades desenvolvidas pela Diretoria de Regulação e Fiscalização - Área de Gás Canalizado, Energia e Aquário objetivam, no que tange ao gás canalizado, garantir a implantação e funcionamento otimizado dos sistemas de distribuição, a qualidade dos serviços disponibilizados aos usuários desses sistemas, a segurança e continuidade do fornecimento.

Ligada à referida diretoria, a Câmara Técnica de Gás Canalizado - CATEGÁS, tem como atribuição básica, fiscalizar a qualidade dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, verificando o atendimento aos requisitos estabelecidos em normas legais, regulamentares e pactuadas, inclusive efetuando auditorias técnicas quando necessário, além de elaborar regras e procedimentos sobre regulação técnica dos serviços submetidos à competência regulatória da Agepan.

Compete, também, à câmara técnica a promoção de estudos visando ao acréscimo de qualidade e eficiência dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, elaborando relatórios periódicos de sua evolução, coletando, armazenando e analisando os dados e informações relativas a essas atividades, requisitando-os da concessionária, com vistas ao fornecimento de subsídios para o desempenho eficiente das atividades de regulação.

Como unidade executiva, são inerentes às atividades da câmara técnica, realizar consultas ao poder concedente, concessionária e usuários sobre assuntos de natureza técnica relativos aos serviços regulados, fiscalizando esses aspectos, nos limites estabelecidos em normas legais, regulamentares e pactuadas, recomendando e dando subsídios para decisões da Diretoria Executiva para a adoção das sanções cabíveis, quando for o caso.

### 6.3.1 Estrutura da regulação e fiscalização

A regulação técnica da distribuição de gás canalizado é baseada na normatização, fiscalização e monitoramento das seguintes atividades e procedimentos:

- a) Disposições estabelecidas nas condições gerais de fornecimento;
- b) Qualidade dos serviços de distribuição.

A sistemática, descrita, de controle da qualidade do serviço de distribuição contempla, para o seu desenvolvimento, a qualidade do produto e do serviço, a segurança do fornecimento e a qualidade do atendimento comercial.

#### Formas de atuação da regulação

Os trabalhos de regulação são desenvolvidos regularmente, observando o disposto no Planejamento Estratégico e no Plano de Atividades e Metas, e tendo como referência as seguintes atividades técnicas:

- a) Fiscalização no âmbito dos termos e disposições relativas às Condições Gerais de Fornecimento de Gás Canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul;
- b) Fiscalização da qualidade dos serviços de distribuição, contemplando:
  - Fiscalização sistemática, periódica e auditorias de indicadores de qualidade;
  - O acompanhamento e cadastro dos incidentes no Sistema de Distribuição; e,
  - As obrigações relativas à operação, manutenção e segurança dos sistemas de distribuição.
- c) Análise das solicitações e reclamações dos usuários pertinentes a prestação dos serviços de Gás Canalizado.

#### Fiscalização da distribuição de Gás Canalizado

##### Condições gerais de fornecimento

As Condições Gerais de Fornecimento de Gás Canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul estão estabelecidas na Portaria Agepan nº 094 de 20 de

maio de 2.013, que tem por objetivo regulamentar e padronizar os diversos procedimentos a serem adotados pela concessionária, no tocante aos direitos e obrigações, cadastro e atendimento aos usuários, procedimentos técnicos, ligação, medição, leitura e faturamento além de disposições gerais, relativos à atuação da concessionária.

Basicamente, as atividades de regulação e fiscalização desse instrumento são desenvolvidas no caso de Fiscalização Comercial, Auditorias ou Fiscalizações “in loco” dos Sistemas de Distribuição.

### Qualidade dos serviços de distribuição

A Portaria Agepan nº 095 de 20 de maio de 2.013 dispõe sobre a Qualidade dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul.

O controle da qualidade é um dos principais aspectos a ser regulamentado, o que permitirá uma ampla avaliação da qualidade e do serviço, visto que, os sistemas de distribuição de gás natural canalizado, como ocorrem em outros sistemas de distribuição de serviços públicos, se caracterizam por oferecer além do produto, diversos serviços a ele relacionados, devendo garantir as suas características físico-químicas, a segurança, a operação correta do sistema e o devido atendimento comercial aos clientes.

Especificamente para o ano de 2015, ficou estabelecido que fossem periodicamente avaliados os aspectos dispostos nos itens II, III e IV, do Anexo 01 da Portaria Agepan nº 095/2013, como também as condições gerais a serem observadas na prestação dos serviços públicos de distribuição de gás, dispostas na Portaria Agepan nº 094/2013, conforme quadro abaixo.

### 6.3.2 Sistemas de distribuição da concessionária

Um sistema de distribuição é composto, basicamente, pelo conjunto de ramais de distribuição (dutos e equipamentos gaseificados e pressurizados, enterrados ou não) e todas as instalações interligadas a este, a saber: válvulas de linhas, retificadores, pontos de teste eletroquímicos, estações de regulação de pressão, estações de medição, odorizadores, sistemas elétricos, aterramentos, para raios, sistemas supervisórios, utilidades e complementos.

A norma NBR 12712 – Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível, estabelece os requisitos essenciais de projeto e padrões mínimos de segurança de sistemas de transmissão e distribuição.

Atualmente, temos implantados três sistemas de distribuição de gás no Estado, respectivamente nos municípios de Campo Grande, Três Lagoas e

 <b>Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS • AGEPAN</b> Diretoria de Normatização e Fiscalização Câmara Técnica de Gás Canalizado				
Fiscalização da Qualidade dos Serviços de Distribuição - Portaria AGEPAN nº 095/2013 • Ano Referência 2015				
PROGRAMA DE ASPECTOS A SEREM AVALIADOS				
Descrição	Sistema de Distribuição			
	Campo Grande	Três Lagoas	Corumbá	
II.1 - Qualidade do Produto e Serviço	a) Pressão	X	X	
	b) CFQ e PCS	X	X	
II - Indicadores de Qualidade	a) Odorização	X	X	
	b) TAE e FME	X	X	
II.3 - Qualidade do Atendimento Comercial	a) Indicadores Individuais	X	X	
	b) Indicadores Coletivos	X	X	
III - Aspectos Relativos a Incidentes e Situações de Emergências				
IV - Obrigações Relativas a Operação, Manutenção e Segurança				
Quadro - 1				

A Concessionaria MSGás foi devidamente comunicada, cumprindo o disposto no item 1.3 da Portaria Agepan nº 095/2013 (1.3 – implantação dos itens a serem avaliados).

Corumbá, sendo que este último apesar de já estar implantado, não está efetivamente em operação em função de questões econômicas e financeiras relacionadas à aquisição e a comercialização do gás.

## Sistema de distribuição de Campo Grande

O sistema de Distribuição de Campo Grande possui a seguinte configuração básica:

- 01 Estação de Entrega (City Gate).
- 01 Estação de Odorização.
- 01 Estação de Redução Primária.
- 02 Estação de Redução Secundária.
- Ramais de Distribuição.
- Sinalizações de Aviso e Segurança.

Esse sistema é constituído de tubulações de Aço Carbono (AC) e Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com diâmetros nominais (DN) variados. As tubulações de AC são revestidas com polietileno tripla camada quando enterradas e pintadas na cor amarela para as tubulações aparentes. O gasoduto de Aço Carbono quando enterrado é protegido pelo sistema de proteção catódica. No entanto, a tubulação de PEAD, devido a sua especificação técnica, não necessita de revestimento e nem proteção catódica.

## Rede de alta pressão

A Rede de Alta Pressão em Campo Grande tem início na Estação de Odorização, ponto de recebimento do gás natural, operando na pressão de 38 kgf/cm<sup>2</sup>, até a Estação de Redução de Pressão Primária (ERP). Construída em duto de aço carbono (AC) com diâmetro nominal DN 14", segue na faixa de domínio da BR-060, na margem esquerda sentido Sidrolândia-Campo Grande, paralelamente à linha de Fibra Ótica da Brasil Telecom, até o entroncamento com o acesso à estrada vicinal para a UTE - William Arjona.

Desse entroncamento deriva à esquerda, mar-



Fig. 1 - Ramal de Distribuição de alta pressão em Campo Grande a cerca, na faixa de domínio da estrada vicinal, seguindo até a Usina Termelétrica William Arjona, onde está a Estação de Medição e Redução de Pressão - EMRP do cliente com DN 8".

## Rede de média pressão

A Rede de Média Pressão compreende o trecho entre a Estação de Redução de Pressão Primária e uma Estação de Redução de Pressão Secundária, operando com pressão de 15,0 kgf/cm<sup>2</sup>. Ainda em média pressão 15,0 kgf/cm<sup>2</sup> a rede foi implantada em AC com DN 6". Partindo da ERS-1 UFMS, margeando a pista de rolamento pelo lado direito, a rede segue em direção a Av. Costa e Silva, derivando desta para a saída de São Paulo e para o sentido centro.

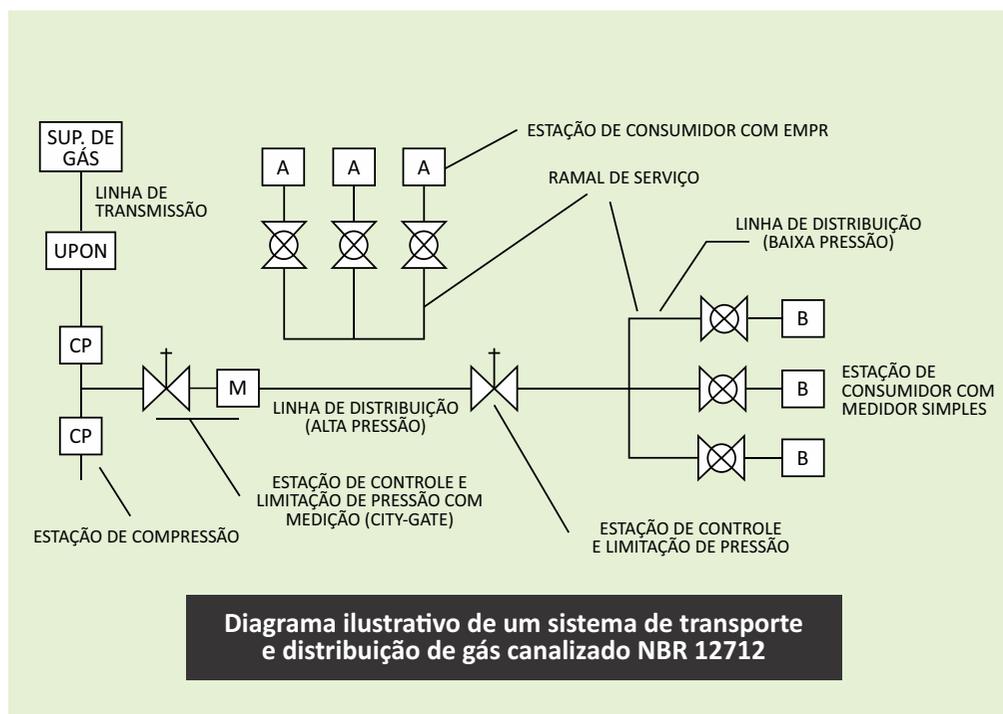


Diagrama ilustrativo de um sistema de transporte e distribuição de gás canalizado NBR 12712

Figura 2 - Ramal de Distribuição de Alta Pressão em Campo Grande



Figura 3 - Ramal de Distribuição média pressão Campo Grande.

## Rede de baixa pressão - PEAD

A partir da ERS-UFMS inicia-se a distribuição de gás natural em baixa pressão que atende a uma diversidade de clientes, com predominância dos segmentos residencial e comercial.



Figura 4 - Ramal Distribuição de baixa pressão / jusante ERS-UFMS / Campo Grande.

## Sistema de Distribuição de Três Lagoas

### Componentes do Sistema

O sistema de Distribuição de Três Lagoas possui a seguinte configuração básica:

- 01 Estação de Entrega (City Gate)
- 01 Estação de Odorização
- 01 Estação de Redução Primária
- 02 Estação de Redução Secundária
- Ramais de Distribuição
- Sinalizações de Aviso e Segurança

A malha de distribuição de Três Lagoas é alimentada através de uma tubulação proveniente da Estação de Entrega da TBG/ Gasbol ligada à Estação de Entrega- EE-MSGÁS.

A partir da EE-MSGÁS, situada na rodovia MS-395 no marco zero, deriva o duto de aço carbono de 14" seguindo pela faixa de domínio junto à margem esquerda da MS-395, sentido Brasilândia - Três Lagoas, tendo implantado junto ao mesmo, paralelamente ao ramal do gás, um envelope para futuro lançamento de fibra ótica da MSGÁS.

Também na área da EE-UO está implantada a derivação para a EE-VCP e a própria estação. Aproximadamente no Km 29 do ramal do gasoduto adentra à cidade, passando pelos Postos Pioneiro e GL II, seguindo até a UTE- Luis Carlos Prestes. Ao passar pela avenida principal do Distrito Industrial, o ramal faz uma derivação para a ERS Estação de Redução Secundária da MSGÁS, e retorna para a Avenida em tubulação de PEAD (polietileno de alta densidade) com diâmetro variável de 6" a 10" seguindo também pela Rua Mabel até a indústria do mesmo nome, pela Av. Ponta Porã até a indústria Cerâmica e pela MS-158 até as indústrias Cortex, Nelitex, Braga, Feral. Ainda na deriva da MS-158 temos uma derivação sentido de aproximadamente 2,5 quilômetros Três Lagoas-Campo Grande até os clientes comerciais Hotel Drud's, Sempre Hotel, Hotel Vila Romana e Hotel Mediterrâneo.

As extensões totais de dutos são de 78,09 km em aço carbono, nesta extensão está incluído o Ramal Eldorado que está em fase de conclusão de obra e de 32,2 km em PEAD. O ramal do gasoduto está implantado a uma profundidade média de 1,20 m medido de sua geratriz superior, em ambos os trechos do ramal.

A Rede de Distribuição de Gás Natural de Três Lagoas está dividida em dois tipos de distribuição, a saber: Ramal de alta pressão e Ramais de baixa pressão, cuja malha de ambos constituem a Rede de Distribuição do município. O sistema é constituído de tubulações de Aço carbono (AC) e Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com diâmetros nominais (DN) variados. As tubulações de AC são revestidas com polietileno tripla camada quando enterradas e pintadas na cor amarela para as tubulações aparentes. O gasoduto de Aço Carbono quando enterrado é protegido pelo sistema de proteção catódica. No entanto,

a tubulação de PEAD devido, a sua especificação técnica não necessita de revestimento e nem proteção catódica.

### Ramal tronco de alta pressão

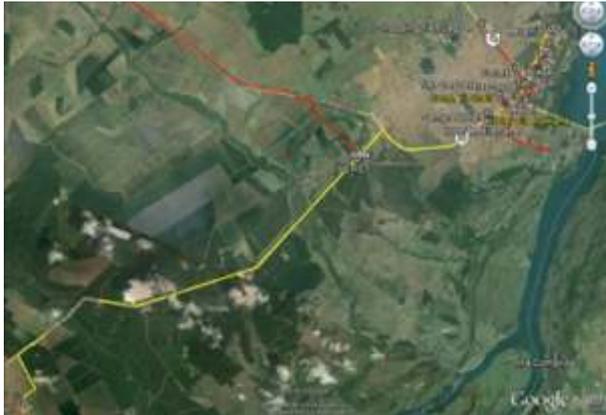


Fig. 5 - Ramal de Distribuição de alta pressão de Três Lagoas

Possui uma extensão de 38,9 km, onde disponibiliza GN para a UFNIII (derivação do ramal de aproximadamente 25 quilômetros na MS 395, sentido sul) e para UTE-LCP e EMRP- VCP a qual se inicia na estação entrega EEUO, seguindo uma derivação para a EMRP-VCP dentro da área da MSGÁS e outra pela BR 358 em direção a Três Lagoas, adentrando a área urbana e atendendo os postos de GNV Posto Pioneiro e Posto GL II e derivando na Usina Termoelétrica Luis Carlos Prestes, no Distrito Industrial. Estes ramais são de aço carbono API 5LX<sup>0</sup>, classe de pressão 6000psig, com diâmetro de 14". E estão operando com 50 kgf/cm<sup>2</sup> de pressão.

### Ramais Baixa Pressão, Consumidores Industriais, Comerciais e Residenciais

São constituídos de polietileno de alta densidade, PEAD 100, o qual dispensa revestimento externo ou sistema de proteção catódica por corrente impressa. A pressão de trabalho desta rede é de 7,0 kgf/ cm<sup>2</sup> tendo seu início nas estações de redução secundária (ERS) localizadas nas áreas da BR 198 (com jusante para atender ao cliente Sitrel, ramal de 16,3 quilômetros) e a do Centro Operacional da MSGÁS, disponibilizando o gás natural aos consumidores industriais (Cortex, Nelitex, Feral, Braga e Mabel) e comerciais (Sempre Hotel, Hotel Vila Romana, Hotel Mediterrâneo /restaurante hotel).



Figura 6 - Ramal Distribuição baixa pressão jusante ERS-Engª Ana Lice Rangel T.Lagoas.



Figura 7 - Ramal Distribuição baixa pressão jusante ERS-1 Núcleo Industrial - Três Lagoas

### 6.3.3 Indicadores de Qualidade

A fiscalização de indicadores, de caráter rotineiro, é realizada por monitoramento, e consiste na avaliação objetiva e sistemática do desempenho do serviço prestado através da comparação dos padrões, procedimentos e indicadores estabelecidos em Portaria.

#### Principais Indicadores Monitorados

- Pontos de Medição;
- Níveis de Pressão;
- Índice de Odorização do Sistema;
- Aspectos Relativos a Incidentes ;
- Situações de Emergência;
- Características Físico Químicas; (Metano, Etano, Propano, Butano e+, Inertes, Enxofres Totais, Ponto de Orvalho, PCS, Densidade)

#### Principais Constatações

- Leitura em pontos de medição;
- Níveis de Pressão;

- Níveis de Odorização;
- Incidentes;
- Tempo de Atendimento de Emergências;
- Frequência de Atendimento a Emergências;
- Poder Calorífico Superior;

### Principais Não Conformidades apontadas pela fiscalização

- Ausência de Leitura em pontos de medição;
- Leituras de forma descontínua;
- Transgressão de Níveis de Pressão;
- Transgressão de Níveis de Odorização;
- Ocorrência de Incidentes;

### Históricos das Constatações e não Conformidades Verificadas

As ações fiscalizadoras identificam as Constatações, que normalmente são apontadas no sentido de atestar que a Concessionária está atendendo as prescrições dos regulamentos em determinados requisitos, e as não conformidades são apontadas exatamente devido ao descumprimento de determinada previsão normativa. Tanto as constatações como as não conformidades são descritas e resultam em relatório de fiscalização que é encaminhado a concessionária para manifestações, evidenciando que a fiscalização analisou e identificou itens conformes (constatações) e Não Conformes (não Conformidades), para que justifique as razões da existência das não conformidades, bem como, informe a implementação e a adoção de medidas para as correções e soluções das referidas não conformidades. As tabelas e gráficos abaixo apresentam as constatações e

não conformidades verificadas pela fiscalização no decorrer de 2015.

## Monitoramento das principais Características Físico-Químicas do Gás

As características físico-químicas do Gás Natural são intrínsecas a sua formação, e as mesmas devem se apresentar e ser mantidas dentro dos valores identificados e pré-determinados desde a sua extração, tratamento e distribuição. Porém, é de suma importância o contínuo acompanhamento, de tal forma que se identifique possíveis contaminações. Os níveis apurados, das características físico-químicas do gás natural em 2015, apresentaram-se normais dentro dos parâmetros técnicos predefinidos pela norma, conforme demonstrado na tabela 2 da página 58.

## Aspectos Relativos a Incidentes e Situações de Emergência

A prescrição regulatória referente aos tratamentos das ocorrências de incidentes no sistema de distribuição do gás natural está prevista nos termos dispostos no Item III do Anexo 01 da Portaria Agepan nº 095/2013. Em análise da documentação encaminhada pela concessionária no período compreendido entre abril e dezembro de 2015, constatou-se a ocorrência de dois incidentes nos segmentos de redes de distribuição, tendo um ocorrido em Campo Grande e outro em Três Lagoas. Conforme informações repassadas pela concessionária, embora tenham ocorrido incidentes nas redes de distribui-

Tabela 1 - Não Conformidades Verificadas nos sistemas

Mês	Campo Grande		Três Lagoas	
	Constatações	Não Conformidades	Constatações	Não Conformidades
Abril	4	4	4	3
Maio	4	3	4	2
Junho	3	2	4	2
Julho	4	1	4	2
Agosto	4	1	4	1
Setembro	4	1	4	1
Outubro	4	2	4	2
Novembro	4	1	4	0
Dezembro	4	2	4	2

Tabela 2 - Níveis apurados das características físico químicas do Gás Natural em 2015

Mês	PCS - Poder Calorífico Superior	Densidade	Gás Metano
Abril	9480,17	0,631	89,51
Maio	9484,11	0,629	89,49
Junho	9475,24	0,631	89,51
Julho	9565,05	0,632	89,6
Agosto	9490,73	0,628	89,43
Setembro	9507,69	0,632	89,35
Outubro	9517,19	0,632	89,28
Novembro	9505,78	0,628	89,42
Dezembro	9507,46	0,632	89,38

Fonte: MS Gás

ção do gás, as mesmas não se relacionavam a vazamentos de gás natural e sim a atingimento da rede por terceiros quando da escavação para caminhamento de rede de esgoto, e vazamento de odorante pelo alívio do sistema de bombeamento, respectivamente. Os incidentes registrados podem ser considerados incidentes de pequena magnitude, considerando que não houve gravidade quando do ocorrido.

Com relação aos incidentes ocorridos nos sistemas, é obrigação da concessionária, determinada em Portaria da Agência Reguladora, informar imediatamente as ocorrências para conhecimento e posterior auditoria dos prazos e soluções adotados.

O Indicador de Segurança e Atendimento de Emergência tem por objetivo medir o tempo transcorrido desde o recebimento de solicitação de atendimento de uma emergência até a interrupção da situação de risco. Quanto menor o valor do indicador, pode se inferir que a concessionária atuou prontamente na solução dos problemas de vazamento e falta de gás. Com base nas informações prestadas, embora tenha havido incidentes, os mesmos ocorreram em mínima escala, tendo sido, imediatamente,

identificados e prontamente atendidos pela concessionária, de tal forma que não geraram qualquer dano a usuários, terceiros e à própria instalação da empresa, e estão em conformidade com os procedimentos previstos nos regulamentos.

### Obrigações relativas à operação, manutenção e segurança

A avaliação dos aspectos relativos à operação, manutenção e segurança serão implementadas em uma etapa posterior.

### 6.3.4 Comportamento do desempenho de vendas de gás no ano 2015

Os gráficos a seguir, têm por finalidade demonstrar o desempenho realizado mês a mês durante o ano de 2015, por setor atendido pela distribuidora, permitindo assim uma visualização e acompanhamento do fornecimento de gás aos usuários, bem como o comportamento do mercado, levando-se em conta o consumo mensal em cada setor.





Figura 8 - Consumo mensal em m<sup>3</sup> do segmento residencial



Figura 9 - Consumo mensal em m<sup>3</sup> do segmento comercial



Figura 10 - Consumo mensal em m<sup>3</sup> do segmento industrial



Figura 11 - Consumo mensal em m³ de GNV - Gás Natural Veicular



Figura 12 - Consumo mensal em m³ de UTE WA - Willian Arjona



Figura 13 - Consumo mensal em m³ da UTE LCP - Luiz Carlos Prestes

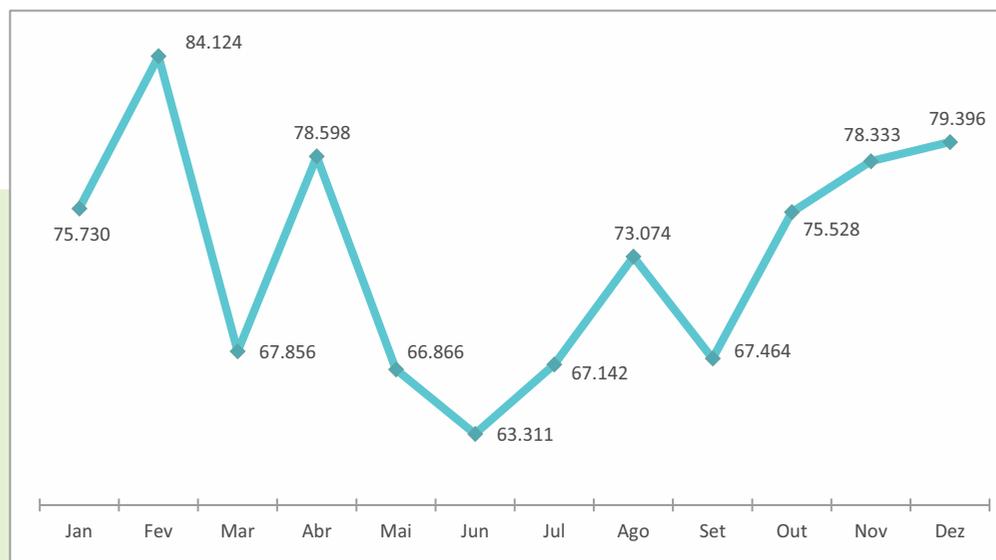


Figura 14 - Consumo mensal em m<sup>3</sup> do segmento cogeração

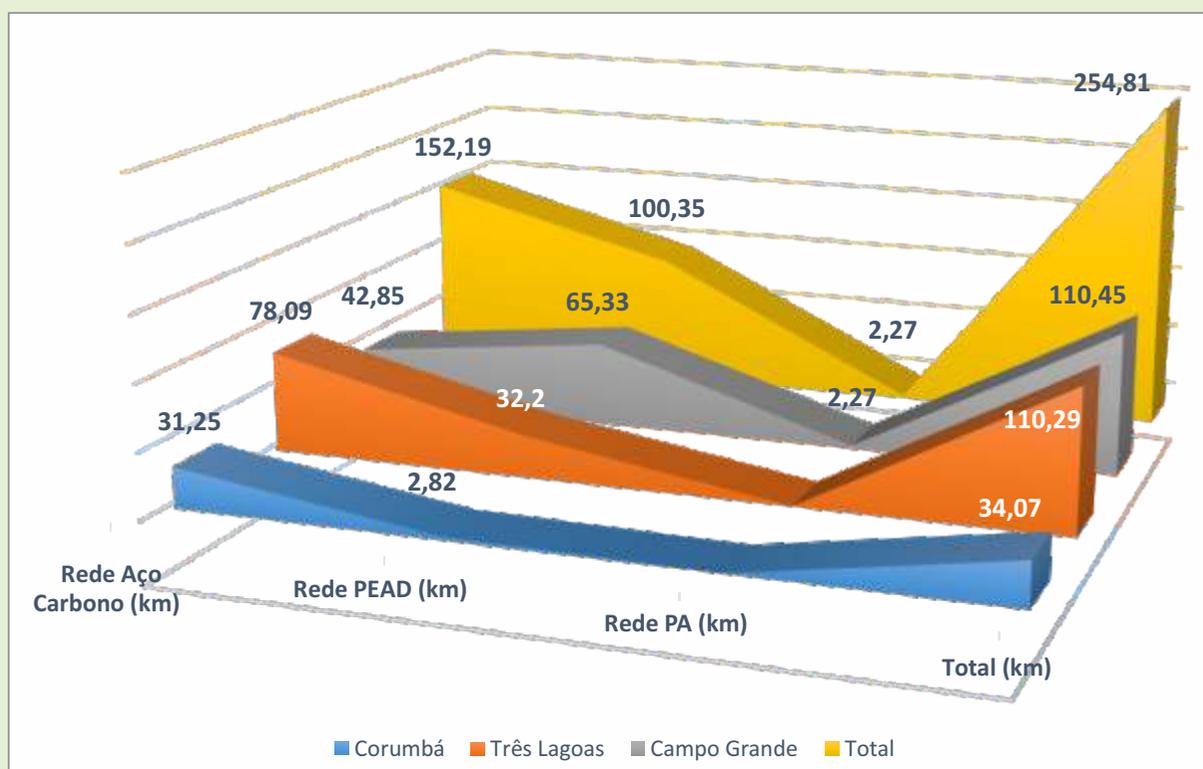


Figura 15 - Tipificação de tubulações implantadas na rede dos municípios de Campo Grande, Três Lagoas e Corumbá, em Km, até julho de 2015.

### 6.3.5 Redes implantadas até julho de 2015

A figura 15 demonstra a tipificação das tubulações aplicadas nos segmentos de rede da Concessionária nos municípios de Campo Grande, Três Lagoas e Corumbá, bem como os comprimentos em km de cada tipo de material aplicado, verificado até julho de 2015.

### 6.3.6 Taxa de fiscalização

A figura 16, apresenta informações referentes à taxa de fiscalização mensal recolhida no exercício de 2015, demonstrando uma grande oscilação na arrecadação, que nos permite identificar e inferir que a mesma está diretamente vinculada ao comportamento do mercado que, por conseguinte, reflete diretamente nos valores mensais da taxa de fiscalização.

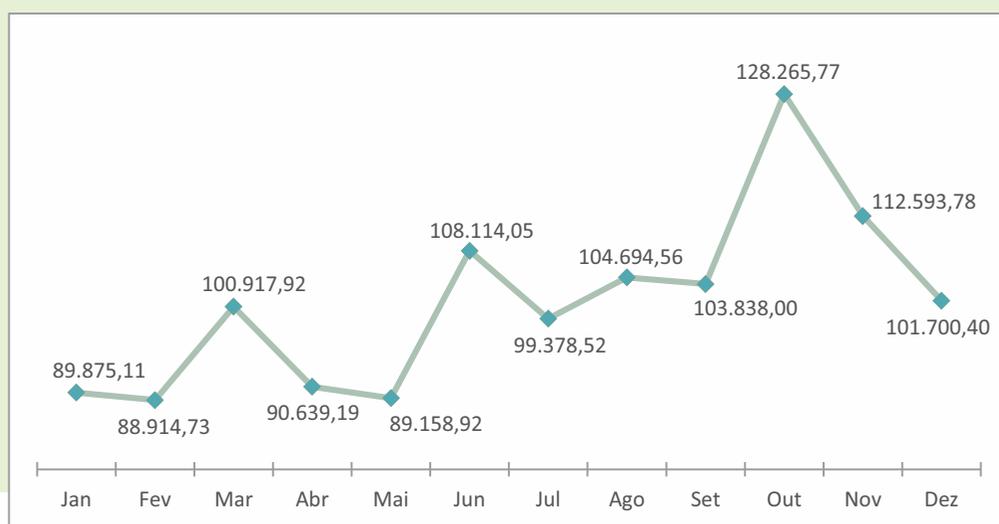


Figura 16 - Taxa de fiscalização mensal em reais no ano de 2015

### 6.3.7 Regulação Econômica

O Gás Natural Canalizado foi o primeiro setor da Agepan a criar um normativo para a regulação econômica, que definiu as regras a serem aplicadas aos processos de reajuste e revisão tarifária, de forma clara e objetiva. Por meio desse instrumento (Portaria nº 102/2013), foram descritos os procedimentos a serem adotados na formulação e apresentação das propostas de Revisão Ordinária e Extraordinária das Tarifas do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul. Além de instituir os procedimentos tarifários, o normativo teve por finalidade esclarecer pontos no contrato de concessão, de caráter contábil e econômico que estariam em conflito com a legislação contábil brasileira. Esse documento completará três anos em 2016, e está em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Geral, normas específicas relacionadas aos contratos de concessão e em linha com a legislação contábil e tributária atual.

Os estudos tarifários do setor de gás canalizado são realizados entre março e agosto de cada ano. Em 2015, a Gerência de Regulação Econômica produziu a Nota Técnica 04/2015 que foi submetida a Consulta Pública no período de 26/06/2015 a 25/07/2015. As contribuições apresentadas foram analisadas e apoiaram a decisão colegiada da Agepan. A Portaria 120 de 08 de setembro de 2015 aprovou a revisão ordinária da Tarifa Média (TM) a ser praticada pela Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul – MSGÁS, fixada em R\$ 1,1145 por m<sup>3</sup>, sendo R\$ 1,0433 por m<sup>3</sup> o Preço de Venda (PV) médio de gás da Petrobras e R\$ 0,0712 por m<sup>3</sup> de Margem Bruta de distribuição (MB).

E a mesma Portaria 120 regulamentou, ainda, um padrão de abastecimento usado para o cálculo da margem bruta de distribuição, que é composta pelos segmentos térmico e não térmico, sendo R\$ 0,0402 por m<sup>3</sup> o valor para o segmento térmico diante do volume projetado de 928.389.706 m<sup>3</sup>, e de R\$ 0,4825 por m<sup>3</sup> para o segmento não térmico diante do volume projetado de 70.082.505 m<sup>3</sup>.



# Saneamento

Regulação e Fiscalização

## 6.4 Saneamento

### 6.4.1 Panorama nacional

O Ranking do Saneamento Básico 2015 (base SNIS 2013) publicado pelo Instituto Trata Brasil (ITB), avalia os serviços de água e esgoto dos 100 maiores municípios do país, e os resultados mostram que os avanços continuam tímidos quando se pensa em atingir a universalização dos serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos em 20 anos, que é o prazo estabelecido pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – 2014 a 2033.

A situação dos serviços piorou em muitas das grandes cidades brasileiras em relação ao último ranking do saneamento, publicado em 2014, comprometendo o avanço médio dos indicadores nacionais de 2009 a 2013.

Ainda segundo o ITB, em 2013, de acordo com os dados do Ministério das Cidades, 82,5% da população do país era abastecida com água tratada, ou seja, mais de 35 milhões de brasileiros não possuíam esse serviço. Em relação à coleta dos esgotos, 48,6% da população recebia esse serviço, totalizando quase 100 milhões de brasileiros fora da conta. A situação se agravou em relação aos esgotos tratados, que segundo os dados oficiais, são apenas 39% dos esgotos, isto é, mais de cinco mil piscinas olímpicas de esgotos não tratados foram jogadas por dia na natureza em 2013.

### 6.4.2 Em Mato Grosso do Sul

As obras que a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) está realizando em todos os municípios do Estado, com investimentos que já superaram a marca dos R\$ 420 milhões nos últimos quatro anos, deixam claro que o Estado está no caminho certo.

Mas, para atingir a universalização dos serviços, é preciso um maior engajamento das prefeituras, que necessitam buscar parcerias com as empresas de saneamento e com os diferentes ministérios do governo federal, a fim de viabilizar os recursos que transformarão obras de tratamento e distribui-

ção de água e de coleta e tratamento de esgoto em saúde para toda a população.

Oitenta por cento das doenças na rede básica de saúde são relacionadas ao saneamento inadequado, e doenças como diarreia representam oitenta e oito por cento das mortes. Além disso, a falta de saneamento é o principal fator para outras doenças como hepatite A, febres entéricas, esquistossomose, leptospirose, teníases, helmintíases, micoses e conjuntivites.

Dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, 22 têm população abaixo de 50.000 habitantes. Todos os 79 municípios são servidos com abastecimento de água, sendo que 68 deles são atendidos pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – Sanesul. Desses, 43 são conveniados com a Agepan para a regulação e fiscalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Do total de municípios conveniados, 29 recebem os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 11 municípios de MS os serviços de saneamento básico são municipalizados, sendo as prefeituras as responsáveis por meio dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto. Na capital, cidade de Campo Grande, esse atendimento é privatizado.

### 6.4.3 Segmentos Regulados e Fiscalizados

A **Agepan** normatiza e fiscaliza os serviços de saneamento básico a ela delegados pelos municípios sul-mato-grossenses, via Convênios de Cooperação, em conformidade com a Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes para o saneamento básico no país.

Conforme definido pelo Decreto nº 6.017/2007, o Contrato de Programa é o instrumento pelo qual “devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa”.

Em Mato Grosso do Sul, os Contratos de Programa pactuam e legitimam a operação da Empresa de

Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul S/A – Sanesul nos 43 municípios conveniados com a Agepan, e fundamentam-se nas prerrogativas previstas no desenho de gestão associada para a exploração de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas urbanas dos municípios.

Os Convênios de Cooperação celebrados entre os Municípios e o Estado de Mato Grosso do Sul até o ano de 2015, com interveniência da Agepan, visam a organização, o planejamento, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico.

Constituem objeto de normatização e fiscalização, no segmento abastecimento de água, as atividades afetas, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; e no segmento esgotamento sanitário, as atividades afins, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final do lodo, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.

## 6.4.4 Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico

Objetivando estruturar a atividade de regulação e fiscalização da área de Saneamento Básico foi definida a Arquitetura Regulatória para os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, conforme se vê no quadro abaixo.

Essa estrutura identifica os instrumentos-chave que norteiam as atividades da área de forma sistêmica. Com base nisso, no ano de 2.015 foram viabilizados os seguintes itens:

- A reformulação da Lei nº 4.127/2011 que ampliou a atuação da Agepan e incrementou a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização do Serviço Público de Saneamento Básico de 0,5% para 0,7%, conforme estudos e definições constantes em processo administrativo interno;
- A reforma da Portaria nº 92/12 que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para apuração, cálculo e pagamento da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização do Serviço Público de Saneamento Básico.

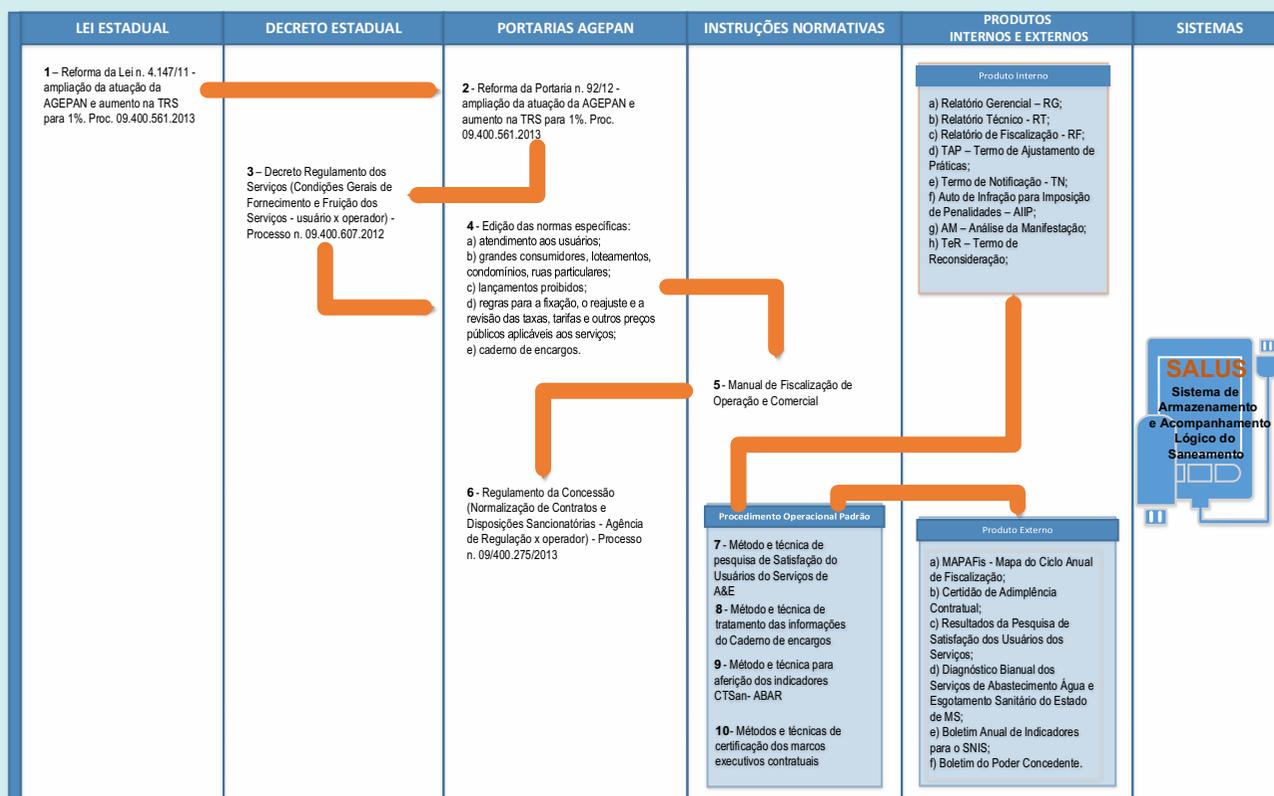


Figura 1 - Arquitetura regulatória para o saneamento

Aliada à estruturação da atividade de regulação da área, em 2015 foi encaminhado Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa com a criação de uma nova diretoria específica para o Saneamento, que deverá concentrar todas as atividades de regulação e fiscalização do segmento regulado.

Continuaram também as análises para a edição de novas normas com regramentos específicos, e atualização das existentes, para implementação pela área, tais como:

- Manual de fiscalização;
- Procedimentos gerais de fornecimento;
- Aplicação de sanções e penalidades;
- Contrato de adesão;
- Método e técnica de pesquisa de satisfação com os usuários;
- Método e técnica de tratamento de informações técnicas e administrativas de interesse público e restrito;
- Desenvolvimento do Sistema SALUS;
- Utilização do programa PROJET como ferramenta gerencial.

## Manual de Fiscalização

O Manual ficou dividido em três módulos:

**1. Roteiro de fiscalização** - fornece as orientações a serem seguidas na execução da fiscalização, envolvendo todas as etapas desde o seu planejamento até a emissão de pareceres;

**2. Fiscalização** - apresenta os procedimentos adotados nas áreas técnicas, responsáveis pela qualidade dos serviços de abastecimento de água e do esgotamento sanitário.

**3. Fiscalização das ações de comercialização** - apresenta os procedimentos comerciais; dos sistemas de atendimento, de faturamento e arrecadação; de Hidrometração e da qualidade do atendimento ao usuário.

## Relatório Anual de Desempenho - RAD

Em 2015 foram implantados o manual e o formulário do Relatório Anual de Desempenho – RAD, a ser preenchido anualmente pela concessionária Sanesul. Esses documentos foram disponibilizados

### AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO (AF)

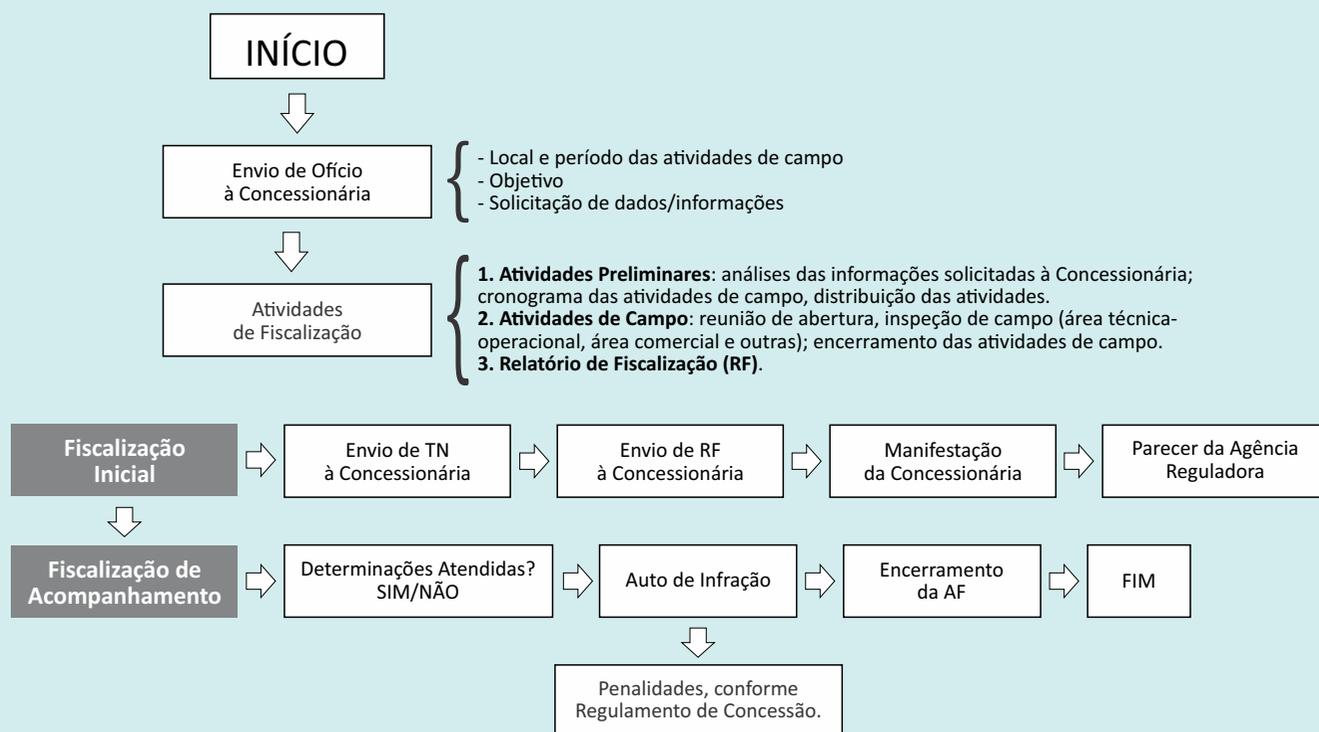


Figura 2 - Processo Fiscalizatório do Saneamento Básico

no site da Agência, em caráter experimental, para “download”. A partir daí, os formulários de todos os municípios conveniados, cujos contratos foram firmados há mais de dois anos até 31/12/2014, foram preenchidos pela concessionária e encaminhados à Agência para análise.

Após a consolidação das informações e procedimentos neles contidos, os mesmos serão publicados no Diário Oficial do Estado de MS, conforme estabe-

lece o Inciso I, Parágrafo Único, do Art. 12-D da Lei MS 4.732/2015.

O sistema informatizado mostrará se os indicadores foram atingidos, se as metas foram cumpridas, e se é preciso fazer correções. As informações estarão disponíveis para as prefeituras, Governo, Conselho Estadual de Serviços Públicos e para o cidadão, atendendo aos princípios da transparência e do controle social.



Figura 3 - Municípios de MS



ETE - Estação de Tratamento de Esgoto em Sidrolândia

## Qualificação da Equipe Técnica de Saneamento

No segundo trimestre, a Agepan, por meio da Câmara Técnica de Saneamento, participou do Processo de Seleção de Projetos para Receber Assistência Técnica em Regulação e Fiscalização de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Chamada Pública nº 33/2015/UGP/SNSA-INTERÁGUAS), realizado pelo Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, com abrangência nacional, tendo sido uma das cinco Agências Reguladoras selecionadas.

A Assistência Técnica a ser recebida pela equipe, em forma de revisão e desenvolvimento de normas técnicas e treinamento, envolve os seguintes temas:

- Marco legal, normas e instrumentos regulatórios;
- Modelo regulatório;
- Governança e transparência;
- Mecanismos de controle social;
- Metodologias, processos e institucionalização das atividades de rotina;
- Capacitação do quadro técnico;
- Fixação de parâmetros e avaliação da

qualidade dos serviços;

- Sistema de informação
- Certificação de Informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

Com financiamento do Banco Mundial, o início da Assistência Técnica está previsto para o segundo semestre de 2016, e será realizada por meio de orientação técnica, cursos e oficinas ministradas nas cidades de origem das cinco Agências Reguladoras contempladas pela Chamada Pública, sendo Campo Grande/MS designada como a primeira a sediar e receber o treinamento, sobre o Marco Legal, normas e instrumentos regulatórios.

Ainda com foco na qualificação da equipe, técnicos da Câmara de Saneamento participaram dos seguintes eventos promovidos em 2015:

- I Simpósio de Águas Subterrâneas de MS Campo Grande/MS;
- Seminário Regulação e Saneamento: Desafios Atuais - Brasília/DF;
- Seminário Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Sistema de Carbonização - Campo Grande/MS;
- 9º Congresso Brasileiro de Regulação e 3ª ExpoABAR - Brasília/DF.

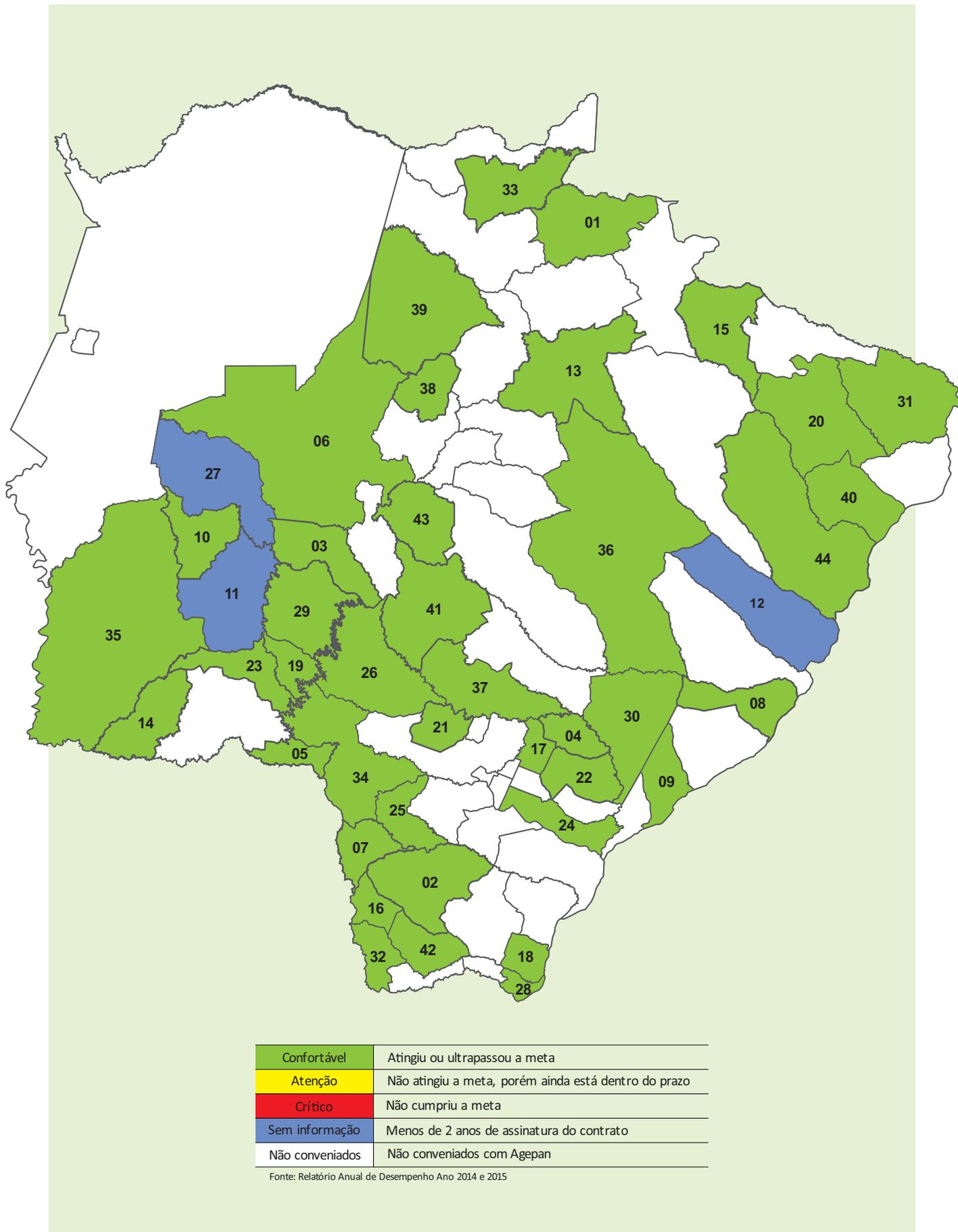


Figura 4 - Cobertura Mínima de Abastecimento de Água em dezembro de 2015

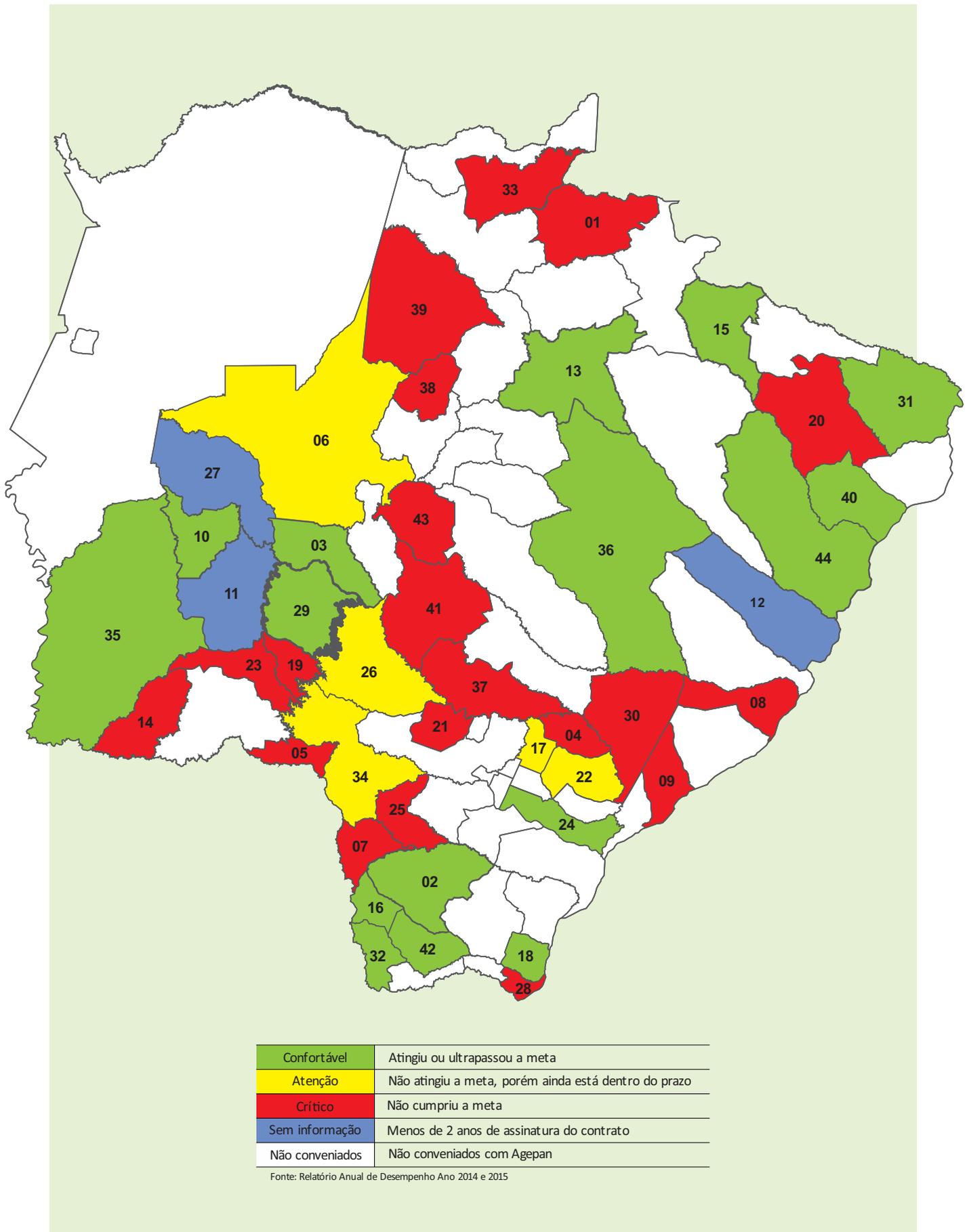


Figura 5 - Cobertura Mínima de Esgotamento Sanitário em dezembro de 2015

Durante o ano/calendário foram realizadas fiscalizações, por monitoramento, de 43 Contratos de Programa, referentes aos municípios conveniados com a Agepan, com o objetivo principal de implementar a rotina de preenchimento e envio dos RAD, anualmente, pela concessionária Sanesul à Agepan e aos Municípios conveniados, bem como acompanhar o cumprimento das metas pactuadas nos Contratos de Programa.

A Sanesul, em manifestação às determinações contidas nos Termos de Notificação - TN enviados pela Agepan, relativos à fiscalização por monitoramento realizada sobre os Contratos de Programa firmados com os municípios conveniados, encaminhou informações técnicas, operacionais e gerenciais, nos RAD solicitados, dos quais foram extraídos os indicadores de: Abastecimento de Água (%); Esgotamento Sanitário (%); Controle de Perdas (%); Tratamento de Esgotos; Remoção da Carga Poluidora (DBO).

Os dados apresentados nos gráficos abaixo

fazem referência ao primeiro quinquênio da assinatura dos contratos de programa, firmados entre a Sanesul e 68 Municípios de MS.

A análise efetuada classifica os índices com a seguinte legenda: "Atenção: dentro do prazo", "Crítico: não cumpriu a meta no prazo", "Confortável: cumpriu a meta".

Nos contratos de convênio existe uma prerrogativa de análise e reformulação dos índices a cada cinco anos. Nesse período há indicação do percentual "Projetado" e o percentual "Realizado". A comparação de ambos determina se as metas são realizáveis ou se devem sofrer alterações para se adequarem ao exequível.

Abaixo, seguem gráficos demonstrativos dos indicadores relativos aos municípios conveniados com a Agepan para a regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Sanesul, referentes a 31/12/2015.

**Cobertura de Abastecimento de Água**



Figura 6

Fonte: RAD/Sanesul

**Cobertura de Esgotamento Sanitário - 2015**

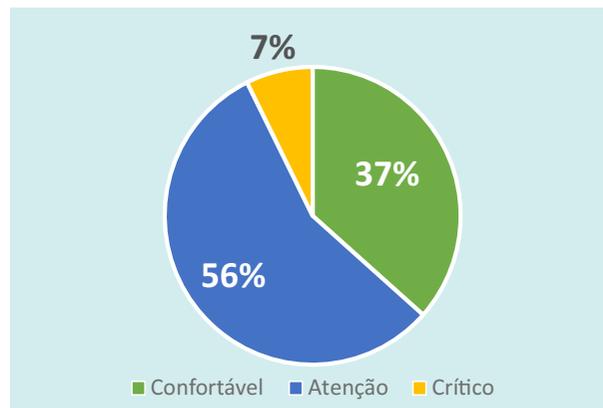


Figura 7

Fonte: RAD/Sanesul

**Controle de Perdas - 2015**

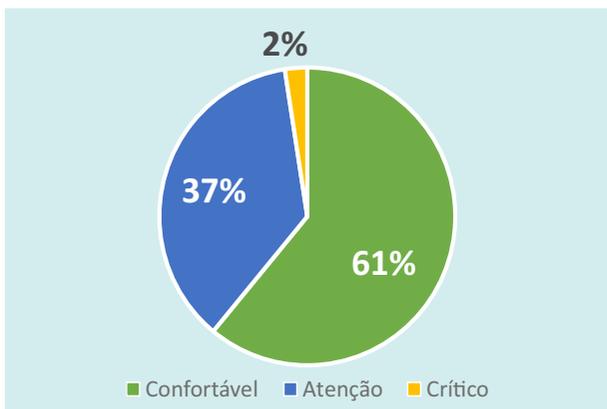


Figura 8

Fonte: RAD/Sanesul

**Tratamento de Esgoto - 2015**

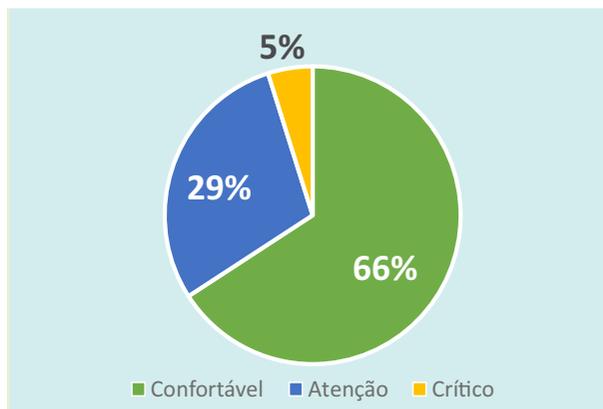


Figura 9

Fonte: RAD/Sanesul

## 6.4.5 Regulação Econômica

### Reajuste Tarifário Anual - Maio/2015

Disposições contratuais relativas aos reajustes e revisões tarifárias dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela concessionária Sanesul a sessenta e oito municípios de Mato Grosso do Sul, determinam que os percentuais sejam publicados com antecedência de 30 (trinta) dias da sua aplicação e que os preços serão reajustados sempre no mês de julho, pela variação do IPCA/IBGE.

Há, também, cláusula contratual estabelecendo que a estrutura tarifária constantes dos Anexos aos Contratos de Programas somente será alterada quando da realização de revisão ordinária ou extraordinária das tarifas, em conformidade com as normas legais e regulamentares existentes.

Cumprindo as normas legais mencionadas, a Portaria Agepan nº 118, instituída em 26 de maio de 2015, homologou o reajuste tarifário anual dos serviços públicos delegados de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito dos municípios

regulados pela Agência, que passaram a vigorar a partir do mês de julho de 2015.

### I Revisão Tarifária Extraordinária

#### Agosto/2015 - Portaria Agepan nº 119

Em função do aumento de custos incidentes sobre a operação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, provocado pelo acréscimo substancial ocorrido na tarifa de energia elétrica, e o Plano de Investimentos previstos pela concessionária Sanesul para o período de 01 setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, e levando em consideração que a geração de recursos tarifários para investimentos está prevista no inciso III do §1º do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e no inciso III do § 2º da Cláusula Décima dos Contratos de Programa dos municípios, foi autorizada a realização da I Revisão Tarifária Extraordinária dos Serviços Públicos Delegados de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no âmbito dos municípios regulados pela Agepan.

O estudo econômico-financeiro da Revisão Tarifária Extraordinária teve por objetivo definir se a



Apresentação da proposta de revisão tarifária, pela Gerência de Regulação Econômica, durante Audiência Pública presencial.

solicitação feita pela concessionária era pertinente, se o índice solicitado era justificável ou se deveria ser adotado outro percentual. O trabalho incluiu verificações "in loco", na Sanesul, para levantamento e validação de dados informados.

A proposta de revisão, objeto de Nota Técnica Regulatória, foi submetida a Audiência Pública, com a finalidade de dar publicidade e incentivar o controle social, por meio da participação com o envio de contribuições à modelagem tarifária proposta.

As contribuições recebidas foram submetidas a análise. Finalizados os trâmites, foi instituída a Portaria Agepan nº 119 de 28/08/2015 que autorizou a Sanesul a aplicar o Índice de Revisão Tarifária Extraordinária (IRTE) de 21,76% (vinte e um inteiros e setenta e seis centésimos por cento) aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo: I – 3,84% (três inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) relativo à recomposição das despesas com o aumento dos custos de energia elétrica, e II – 17,92% (dezessete inteiros e

noventa e dois centésimos por cento), relativo à Tarifa Adicional para geração de recursos para investimentos.

Essa Portaria também definiu que os índices estabelecidos não podem ser aplicados sobre a tabela de serviços e sobre o Custo Fixo de Comercialização, e a tarifa adicional para geração de recursos para investimentos terá vigência por prazo determinado: de 01 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, sem prejuízo da aplicação do reajuste tarifário anual previsto contratualmente.

Ficou estabelecido, ainda, que na fatura de água e esgoto deverá ser destacado o texto informando o percentual do faturamento referente à Tarifa Adicional para Investimentos; os recursos gerados pela Tarifa Adicional para Investimentos deverão ser contabilizados separadamente em conta contábil específica, e a Sanesul deverá apresentar mensalmente à Agepan, o relatório dos investimentos realizados por município e por fonte de recurso, inclusive aqueles gerados pela tarifa adicional.





# Relacionamento com as Unidades da Agência

## Unidades de Assessoramento

### **Ouvidoria**

Ouvidora: Cristiane Figueiredo Leite Ferreira  
Fone: (67) 3025-9505 e-mail: [cferreira@agepan.ms.gov.br](mailto:cferreira@agepan.ms.gov.br)

### **Procuradoria Jurídica**

Procurador: Elton Fabrício Tofano  
Fone: (67) 3025-9517 e-mail: [etofano.pep@sad.ms.gov.br](mailto:etofano.pep@sad.ms.gov.br)

### **Assessoria de Relações Institucionais**

Assessora: Silvia Hafez  
Fone: (67)3025-9532 e-mail: [shafez@agepan.ms.gov.br](mailto:shafez@agepan.ms.gov.br)

## Unidades de Gestão Técnica e Operacional

### **Câmara Técnica de Energia • CATENE**

Coordenador: Paulo Patrício da Silva  
Fone: (67) 3025-9555 e-mail: [psilva@agepan.ms.gov.br](mailto:psilva@agepan.ms.gov.br)

### **Câmara Técnica de Gás • CATEGÁS**

Coordenador: vago  
Fone: (67) e-mail:

### **Câmara Técnica de Transporte • CATRANSP**

Coordenador: Wolmer Tardin Filho  
Fone: (67) 3025-9587 e-mail: [wfilho@agepan.ms.gov.br](mailto:wfilho@agepan.ms.gov.br)

### **Câmara Técnica de Saneamento • CATESA**

Coordenadora: Luciana Ramalho Gomes  
Fone: (67) 3025-9515 e-mail: [agepan.catesa@gmail.com](mailto:agepan.catesa@gmail.com)

### **Gerência de Regulação Econômica e Tarifária**

Gerente: Iara Sônia Marchioretto  
Fone: (67) 3025-9526 e-mail: [imarchioretto@agepan.ms.gov.br](mailto:imarchioretto@agepan.ms.gov.br)

## Unidades de Gestão Instrumental

### **Gerência de Administração e Finanças • GEAF**

Gerente: Raquel Frozza  
Fone: (67) 3025-9508 e-mail: [rfrozza@agepan.ms.gov.br](mailto:rfrozza@agepan.ms.gov.br)

### **Gerência de Planejamento • GEPLAN**

Gerente: Elisa Conceição Paes  
Fone: (67) 3025-9543 e-mail: [epaes@agepan.ms.gov.br](mailto:epaes@agepan.ms.gov.br)

### **Recursos Humanos • RH**

Assessora: Ângela Aragão  
Fone: (67) 3025-9525 e-mail: [aaragao@agepan.ms.gov.br](mailto:aaragao@agepan.ms.gov.br)

## Expediente

### **Coordenação Editorial**

Silvia Hafez

### **Dados Técnicos**

Diretorias, Ouvidoria, Gerências, Assessorias e Coordenação das Câmaras Técnicas

### **Projeto Gráfico, Diagramação e Impressão**

Carlos Augusto Duailibe Furtado

### **Tiragem**

400 exemplares

- Agradecimentos a Luciana Ramalho Gomes, Analista de Regulação, pela configuração e padronização dos gráficos contidos neste informativo.







**Agepan**

*Agência Estadual de Regulação de  
Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul*

Av. Afonso Pena, 3026 • CEP 79 002 075 • Campo Grande/MS  
Telefones 55 (67) 3025 9500/0800 600 0506  
[www.agepan.ms.gov.br](http://www.agepan.ms.gov.br)



**GOVERNO  
DO ESTADO**  
Mato Grosso do Sul